



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL E COREIA DO SUL (2000-2023)

NATALY SUELI ALCÂNTARA ALVES GRAÇA

Foz do Iguaçu
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL (2000-2023)

NATALY SUELI ALCÂNTARA ALVES GRAÇA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito para à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Fernando Gabriel Romero

Foz do Iguaçu
2024

NATALY SUELI ALCÂNTARA ALVES GRAÇA

RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL (2000-2023)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito para à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. M.e. Fernando Gabriel Romero
UNILA

Prof. M.e. Lucas Ribeiro Mesquita
UNILA

Prof. M.^a Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo constante apoio e incentivo durante todo o percurso;

Aos meus amigos, por compreenderem minha ausência e por serem fonte constante de estímulo para a realização dos meus sonhos;

Aos meus professores, pela generosa partilha de conhecimento que enriqueceu minha jornada acadêmica;

Ao meu orientador, pela paciência, orientação e saberes que contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste estudo;

E a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram não apenas com esta pesquisa, mas também com a realização do meu sonho.

*Os nossos pais amam-nos porque somos
seus filhos, é um fato inalterável. Nos momentos
de sucesso, isso pode parecer irrelevante,
mas nas ocasiões de fracasso,
oferecem um consolo e uma segurança
que não se encontram em qualquer outro lugar.*

Bertrand Russell

RESUMO

O Brasil e Coreia do Sul têm histórias diferentes no que tange ao desenvolvimento econômico. Enquanto a Coreia do Sul, em relação ao Brasil, é considerado um país desenvolvido no âmbito econômico, tecnológico e social, o Brasil tem mostrado dificuldade em elevar o patamar de desenvolvimento nacional. No entanto, ao longo dos anos, os dois países têm estabelecidos importantes relações comerciais. Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo geral analisar as relações econômicas estabelecidas entre Brasil e Coreia do Sul entre os anos 2000 e 2023. Para tanto, recorreu-se à revisão de literatura e de documentos de domínio público. Destaca-se que o Brasil, por ser um país agroexportador, tornou-se um parceiro comercial importante para o país asiático. Como resultado, a Coreia do Sul ultrapassou a China, tornando-se o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente asiático. Graças às necessidades e parcerias de importação, ocorreram a criação de acordos que são muito benéficos para ambos os países. Essa troca, faz-se essencial para que aconteça o desenvolvimento de toda a economia e manutenção de ambos os países. Diante das análises realizadas, pode-se afirmar que o objetivo proposto para este estudo, foi alcançado de forma satisfatória, uma vez que possibilitou identificar que as relações Brasil-Coreia do Sul baseiam-se no grande dinamismo e no interesse comum em aprimorar a cooperação em diversos setores. Estudar a relação econômica entre Brasil e Coreia do Sul é essencial para compreender a economia global e suas implicações políticas e sociais. As lacunas aqui encontradas, como as relacionadas com financiamentos e empréstimos estabelecidos entre os dois países, representam oportunidades para pesquisas futuras que podem fornecer informações valiosas para acadêmicos, formuladores de políticas e tomadores de decisão.

Palavras-chave: Brasil; Coreia do Sul; acordos comerciais; desenvolvimento econômico.

RESUMEN

Brasil y Corea del Sur tienen historias diferentes en lo que respecta al desarrollo económico. Si bien Corea del Sur, en relación con Brasil, es considerado un país desarrollado en los ámbitos económico, tecnológico y social, Brasil ha mostrado dificultades para elevar el nivel de desarrollo nacional. Sin embargo, a lo largo de los años, los dos países han establecido importantes relaciones comerciales. Desde esta perspectiva, el objetivo general de este estudio es analizar las relaciones económicas establecidas entre Brasil y Corea del Sur entre los años 2000 y 2023. Para ello, se utilizó una revisión de literatura y documentos de dominio público. Cabe destacar que Brasil, como país agroexportador, se ha convertido en un importante socio comercial del país asiático. Como resultado, Corea del Sur superó a China y se convirtió en el segundo socio comercial de Brasil en el continente asiático. Gracias a las necesidades de importación y las asociaciones, se crearon acuerdos que son muy beneficiosos para ambos países. Este intercambio es esencial para el desarrollo de toda la economía y el mantenimiento de ambos países. Teniendo en cuenta los análisis realizados, se puede afirmar que el objetivo propuesto para este estudio se alcanzó satisfactoriamente, ya que permitió identificar que las relaciones Brasil-Corea del Sur se basan en un gran dinamismo y un interés común en mejorar la cooperación en diversos sectores. Estudiar la relación económica entre Brasil y Corea del Sur es fundamental para comprender la economía global y sus implicaciones políticas y sociales. Las brechas encontradas aquí, como las relacionadas con el financiamiento y los préstamos establecidos entre ambos países, representan oportunidades para investigaciones futuras que pueden proporcionar conocimientos valiosos para académicos, formuladores de políticas y tomadores de decisiones.

Palabras clave: Brasil; Corea del Sur; Acuerdos comerciales; desarrollo económico.

ABSTRACT

Brazil and South Korea have different histories when it comes to economic development. While South Korea, in relation to Brazil, is considered a developed country in the economic, technological and social spheres, Brazil has shown difficulty in raising the level of national development. However, over the years, the two countries have established important trade relations. From this perspective, this study's general objective is to analyze the economic relations established between Brazil and South Korea between the years 2000 and 2023. To this end, a review of literature and public domain documents was used. It is noteworthy that Brazil, as an agro-export country, has become an important trading partner for the Asian country. As a result, South Korea overtook China, becoming Brazil's second largest trading partner on the Asian continent. Thanks to import needs and partnerships, agreements were created that are very beneficial for both countries. This exchange is essential for the development of the entire economy and maintenance of both countries. Given the analyzes carried out, it can be stated that the objective proposed for this study was achieved satisfactorily, as it made it possible to identify that Brazil-South Korea relations are based on great dynamism and a common interest in improving cooperation. in various sectors. Studying the economic relationship between Brazil and South Korea is essential to understanding the global economy and its political and social implications. The gaps found here, such as those related to financing and loans established between both countries, represent opportunities for future research that can provide valuable insights for academics, policymakers and decision makers.

Key words: Brazil; South Korea; Commercial agreements; economic development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Saldo Comercial Brasil – Coreia do Sul. | 34 |
| Figura 2 - Exportações brasileiras à Coreia do Sul. | 34 |
| Figura 3 - Exportações agropecuárias brasileiras à Coreia do Sul. | 35 |
| Figura 4 - Visão geral dos principais produtos exportados por Brasil à Coreia do Sul em 2022. | 36 |
| Figura 5 - Visão geral dos principais produtos exportados por Brasil à Coreia do Sul entre janeiro a junho de 2023. | 36 |
| Figura 6 - Série histórica – Brasil, parceiro: Coreia do Sul. | 39 |
| Figura 7 - Visão geral dos produtos importados por Brasil de origem sul-coreana entre janeiro a junho de 2023. | 40 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|--|
| CIMAM | Centro Integrado de Monitoramento Ambiental |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IED | Investimento Estrangeiro Direto |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| SEMAS | Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS | 14 |
| 2 PANORAMA DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL | 26 |
| 3 INTERCÂMBIOS COMERCIAIS ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL | 31 |
| 3.1 EXPORTAÇÕES DE BRASIL A COREIA DO SUL | 32 |
| 3.2 IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROCEDENTES DE COREIA DO SUL | 37 |
| 3.3 ACORDO MERCOSUL-COREIA DO SUL | 41 |
| 4 INVESTIMENTOS | 45 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 51 |
| REFERÊNCIAS | 52 |

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país continental localizado na América do Sul com capital em Brasília. Apresenta enorme diversidade cultural, econômica e paisagística. É o maior país da América Latina com uma área de mais de 8,5 milhões de km². Segundo o IBGE, a população brasileira, em 2021, chegou a exatamente 213.317.639, dos quais mais de 87% vivem em cidades. A grande São Paulo, capital do estado de mesmo nome, é a maior região urbana do Brasil com 12 milhões de habitantes (IBGE, 2023).

De acordo com um *ranking* divulgado pelo Fundo Monetário Internacional em 2023, a economia brasileira é considerada a décima maior do mundo. Devido à vastidão do território, as atividades econômicas desenvolvidas no país são de natureza variada e têm se concentrado em diferentes indústrias ao longo da história (NAKAMURA, 2023).

Atualmente, o principal motor da economia brasileira é a exportação de produtos, envolvendo principalmente agricultura, pecuária e mineração. O Brasil é o terceiro maior produtor de carne bovina, líder nas exportações de açúcar e etanol e produtor mundial de açúcar, café e laranja (GALA; RONCAGLIA, 2020). Em 2022, a economia brasileira registrou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 10,1 trilhões. No último trimestre disponível, referente ao terceiro trimestre de 2023, o valor alcançado foi de R\$ 2.741,0 bilhões.

Já a Coreia do Sul, ou República da Coreia, é um país de 100. 210 km² situado no Leste Asiático localizado na Península Coreana, cuja capital é a cidade de Seul. O território Sul-coreano faz fronteira com a Coreia do Norte, bem como com o Mar Amarelo e o Mar do Japão. Possui relevo acidentado, clima temperado e é coberto por florestas. Atualmente, 51,3 milhões de pessoas vivem na Coreia do Sul, a maioria também na zona urbana. Após rápido desenvolvimento industrial e econômico na segunda metade do século XX, a Coreia do Sul emergiu como uma das mais modernas e maiores economias asiáticas (BRESSER-PEREIRA; JABBOUR; DE PAULA, 2020).

Mediante as características individuais supracitadas, evidencia-se que Brasil e Coreia do Sul têm histórias diferentes no que tange ao desenvolvimento sócio-econômico. Enquanto a Coreia do Sul, em relação ao Brasil, é considerado um país desenvolvido no âmbito econômico, tecnológico e social, o Brasil tem mostrado dificuldade em elevar o patamar de desenvolvimento nacional. Em 1980, o PIB per capita da Coreia do Sul era de 17,5% dos Estados Unidos, em comparação com 39% do brasileiro. Quase quatro décadas depois (38 anos), o PIB da Coreia do Sul já representa 66% do PIB dos

Estados Unidos, enquanto o Brasil responde por 25,8% (CNI, 2019).

Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo geral analisar as relações econômicas estabelecidas entre Brasil e Coreia do Sul entre os anos 2000 e 2023. Como objetivos específicos, adotou-se: descrever o panorama econômico entre ambos os países em uma perspectiva histórica; identificar os intercâmbios comerciais estabelecidos entre Brasil e Coreia do Sul; e identificar os investimentos de capital realizados entre os países em estudo; descrever o cenário de financiamento e empréstimos de Brasil e Coreia do Sul. Para alcançar os objetivos propostos, recorreu-se à revisão de literatura e de documentos de domínio público.

A escolha pelo período de 2000 a 2023 se deu considerando que, durante essas décadas, ambos os países experimentaram um crescimento econômico notável e mudanças significativas em suas respectivas economias. A ascensão da globalização foi um elemento chave nesse cenário, facilitando o comércio, investimentos e intercâmbios culturais entre Brasil e Coreia do Sul. Ao longo desses anos, observou-se uma série de mudanças políticas e econômicas em ambos os países. No Brasil, houve alternância de governos e diferentes abordagens para políticas econômicas, enquanto na Coreia do Sul, houve uma transformação marcante na economia, com o surgimento de grandes conglomerados e uma diversificação nos setores industriais. Parcerias e acordos comerciais bilaterais também foram assinados, impulsionando ainda mais as relações econômicas entre os dois países.

Destarte, este trabalho justifica-se por três aspectos: primeiro, a Coreia do Sul é uma das economias mais desenvolvidas do mundo, famosa pela sua tecnologia desenvolvida, produção de automóveis, eletrônicos e outras indústrias. Por outro lado, o Brasil é uma das maiores economias da América Latina e é rico em recursos naturais. A análise da relação econômica entre os dois países pode revelar debilidades e fortalezas na parceria e cooperação.

Em um segundo aspecto, as conquistas econômicas da Coreia do Sul ao longo das últimas décadas foram impressionantes. O estudo de suas políticas econômicas, estratégias de desenvolvimento industrial e inovação pode fornecer informações valiosas para o Brasil e outros países em desenvolvimento que buscam acelerar o crescimento econômico e tecnológico. Destarte, estudar as relações econômicas entre o Brasil e a Coreia do Sul é de grande importância, pois pode abrir portas para parcerias comerciais e investimentos, promover o desenvolvimento econômico, proporcionar aprendizagem mútua e contribuir para o fortalecimento das relações bilaterais e do cenário econômico global.

Além desta introdução, o presente estudo apresenta, no primeiro capítulo, a base teórica que fundamenta a pesquisa, ou seja, a Teoria do Desenvolvimento Econômico. No segundo capítulo, aborda-se o processo histórico ao longo dos anos que contribuiu para estabelecer os acordos econômicos que atualmente prevalecem entre ambos os países. O terceiro capítulo discute os intercâmbios entre Brasil e Coreia do Sul, destacando as exportações e importações, bem como o acordo Mercosul-Coreia do Sul. O quarto capítulo aborda a troca de investimentos entre os dois países. Por fim, apresentam-se as considerações finais deste estudo.

1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Este capítulo apresenta, de modo expositivo, alguns aspectos teóricos essenciais para o entendimento geral da obra. Visto isto, desenvolve-se neste capítulo uma discussão teórica da teoria do desenvolvimento econômico, mediante as ideias dos principais teóricos, como foco, sobretudo, na análise de Celso Furtado e Raul Prebisch, como norteadores do desenvolvimento do trabalho.

Schumpeter (1985), um dos principais teóricos da história econômica, identificou elementos cruciais no processo de desenvolvimento econômico. Esses elementos incluem: a) a adoção de inovações; b) a atuação do empresário inovador; c) a utilização de crédito bancário. Segundo essa perspectiva, a mudança é impulsionada pela inovação, que, por sua vez, é a principal razão por trás do desenvolvimento. O empresário desempenha um papel fundamental como força motora, uma vez que a inovação tecnológica não ocorre sem sua iniciativa, e a presença de crédito bancário é essencial para o surgimento do empresário inovador. Portanto, o desenvolvimento é considerado um processo de mudança descontínua, e a inovação é o cerne do próprio conceito de desenvolvimento.

As inovações podem ser categorizadas da seguinte forma: a) introdução de novos produtos; b) utilização de novos métodos de produção; c) abertura de novos mercados; d) descoberta de novas fontes de oferta de matéria-prima; e) estabelecimento de novas formas de organização individual. De acordo com Mintzberg (2000), Schumpeter construiu e apresentou uma nova dialética do capitalismo.

Nessa perspectiva, as contradições internas de Marx não representam mais uma ameaça ao capitalismo. Ao contrário, o sistema é vítima de seu próprio sucesso, sustentando-se por meio da renovação constante proporcionada pelo mecanismo das "destruições criadoras" provocadas pela inovação. Para Schumpeter (1994), o declínio do capitalismo não é anunciado pelos efeitos da concentração crescente da produção, pois a grande empresa é considerada, ao contrário, como o motor do progresso.

Em resumo, Schumpeter (1994) apresenta um conceito distinto de desenvolvimento, enfatizando mudanças revolucionárias que não se limitam ao crescimento populacional, aumento de renda ou acumulação de riqueza. Ele descreve o desenvolvimento como uma alteração no estado de equilíbrio da economia, um processo de mutação que resulta em ciclos econômicos, envolvendo a destruição do antigo para dar lugar ao novo (conceito de "destruição criadora").

Schumpeter (1994) argumenta que as inovações tendem a se concentrar em determinados períodos, gerando ciclos de investimento que conduzem a longos períodos de prosperidade. Quando os níveis de investimento diminuem, os anos de bonança são sucedidos por fases de estagnação e dificuldades. Ele sugere que esses ciclos econômicos se sobrepõem a "longas ondas" de atividade econômica, caracterizadas por ascensões vigorosas e sustentadas durante os períodos prósperos, e quedas breves e leves durante os períodos difíceis.

Nesse processo, segundo Schumpeter, ocorrem as revoluções industriais características do capitalismo, sucedendo-se de um longo período de prosperidade originado por um conjunto de inovações inter-relacionadas. As fases completas dos ciclos e suas características são as seguintes:

a) Prosperidade - marcada pela implantação da inovação e pela geração de novos empregos. Durante essa fase, há um aumento da renda impulsionado pela destruição criadora. Nesse período, surgem ondas de inovação e enxames de empresários.

b) Recessão - caracterizada pelo ajuste e adaptação da economia, respondendo aos impactos da inovação.

c) Depressão - representa a fase de liquidação anormal do setor produtivo.

d) Recuperação - envolve a retomada da inovação e constitui a resposta da economia aos desvios negativos do equilíbrio.

Em 1961, Paul Rosenstein-Rodan introduziu a teoria do grande impulso, uma abordagem alternativa que postula que o desenvolvimento econômico ocorre por meio de uma série de avanços descontínuos. A argumentação central é que para superar a estagnação econômica, é necessário realizar investimentos abrangentes em uma variedade de indústrias. A tese defende que a criação simultânea de diversas indústrias em uma determinada região resultaria na formação de mercados para essas organizações. Isso ocorreria através da expansão da massa salarial, gerando um aumento na demanda em função da oferta.

A concepção central de que o desenvolvimento ocorre por meio de uma série de avanços descontínuos orientou as políticas econômicas nas décadas de 40 e 50. Rosenstein-Rodan (1961) destaca que, para romper a inércia econômica, é necessário um grande impulso, termo que ele denominou "*big push*". Esse impulso requer investimentos que tenham impactos abrangentes sobre vários setores industriais, resultando na criação de novas oportunidades de emprego e em níveis mais elevados de produtividade e renda.

Segundo Rosenstein-Rodan (1961), ao promover deliberadamente o

desenvolvimento por meio de investimentos significativos, seria possível criar várias indústrias cuja produção encontraria mercado na própria região, impulsionando assim o poder de consumo.

A validação da Lei de Say é sustentada pela premissa de que a oferta é geradora de demanda. Nesse contexto, as funções de produção são complementadas pela expansão de capital, aumento da poupança e crescimento do mercado. Simultaneamente, argumenta-se que há capacidade e incentivos para realizar novos investimentos. Essa perspectiva implica que, à medida que a produção e oferta de bens e serviços aumentam, automaticamente são criadas as condições para a geração de demanda, favorecendo um ciclo de desenvolvimento econômico contínuo.

O pensamento econômico de Rosenstein-Rodan (1961) é conhecido como a teoria do desenvolvimento equilibrado, uma vez que as indústrias são interdependentes, atuando como clientes umas das outras por meio da geração de poder aquisitivo de seus funcionários. A base do desenvolvimento equilibrado está centrada na demanda, sendo essencial que os diversos setores da economia estejam em estágios comparáveis para facilitar o suprimento. Paralelamente, é crucial contar com uma infraestrutura de capital fixo social, como energia, transporte e água, suficiente para sustentar o crescimento industrial.

O desenvolvimento equilibrado preconiza a implementação de projetos interconectados que se impulsionam mutuamente. Nesse contexto, o Estado desempenha um papel fundamental ao assumir a responsabilidade pelo planejamento e pela coordenação central desse processo. Para alcançar o "grande impulso", é necessário não apenas o capital estatal nacional, mas também capital estrangeiro, uma vez que o capital nacional por si só não é considerado suficiente para viabilizar essa iniciativa.

Albert Hirschman (1961) critica a teoria do desenvolvimento equilibrado, sustentando que se um país fosse capaz de implementar essa doutrina, não estaria classificado como subdesenvolvido. Segundo sua visão, em tais países, é impraticável conceber que uma economia possa se desenvolver sem ajuda externa, uma vez que não dispõem de recursos suficientes para abranger as diversas áreas de produção e consumo interdependentes. Além disso, ele argumenta que a população desses países muitas vezes demonstra desinteresse e incapacidade para realizar a transformação necessária ao desenvolvimento.

Hirschman (1961) sugere como estratégia para essa situação o desenvolvimento desequilibrado, que se baseia na concentração de investimentos em setores ou indústrias-chave específicos. Em contrapartida, Walt Whitman Rostow (1961)

propõe uma abordagem diferente, argumentando que os países atravessam cinco estágios distintos de desenvolvimento econômico:

- a) Produção limitada à subsistência;
- b) Transição, caracterizada pelo surgimento de atividade empreendedora incipiente resultante do crescimento da renda, poupança e investimentos;
- c) Arrancada, marcada pela migração de trabalhadores da agricultura para a indústria, com crescimento concentrado em determinadas regiões e sem homogeneidade nacional;
- d) Marcha para a maturidade, com a expansão da tecnologia e oportunidades de investimento;
- e) Consumo de massa, onde a produção de bens duráveis prospera, e o setor de serviços ganha relevância na economia nacional.

A principal justificativa para a defesa da estratégia de desenvolvimento desequilibrado, de acordo com Duarte (2015), reside na escassez de recursos. A indústria, quando estabelecida como atividade-chave, apresenta efeitos de encadeamento vertical e horizontal superiores à média econômica, além de diversas interconexões (insumo-produto) com outros setores. Como resultado dessa estratégia, ocorre o impulso de setores satélites e interações tecnológicas.

As implicações dessa estratégia são a promoção de desenvolvimento em forma de uma cadeia desequilibrada, proporcionando soluções sequenciais. Apesar de suas desvantagens, essa abordagem demanda menos investimento de recursos, não necessita de capital externo, evita empréstimos e endividamentos, sendo percebida como mais eficiente do ponto de vista da alocação de recursos.

Segundo Moreira e Crespo (2012), o conceito de "*take off*", ou decolagem, refere-se à superação, pela economia, de uma fase caracterizada por obstáculos, empecilhos e resistências de natureza social e estrutural. Durante a fase de decolagem, observa-se uma expansão da industrialização, com a absorção de mão-de-obra proveniente do setor agrícola. O crescimento econômico nesse estágio concentra-se em poucas regiões e em um número limitado de indústrias.

Ainda de acordo com os autores supracitados, a fase de decolagem resulta da transição da sociedade por duas etapas anteriores. A primeira etapa é caracterizada pela subsistência da sociedade com base na atividade agrícola, enquanto a segunda etapa é marcada pelo trabalho gerador de excedentes na comercialização, resultando na criação de infraestrutura de transportes, aumento dos investimentos e da poupança.

Na segunda etapa, o empreendedorismo é restrito, a produtividade é baixa e a mentalidade permanece conservadora. Observa-se que a evolução das instituições políticas e o fortalecimento do Estado foram fatores decisivos para esse avanço. Os efeitos da fase de "take off" ou decolagem, conforme identificados por Rostow (1964), incluem a rápida expansão de novas indústrias, resultando na geração de novos lucros, grande parte dos quais é reinvestida na produção.

Na sequência, ocorre a expansão dos serviços, o crescimento das áreas urbanas e a construção de novas instalações industriais. A economia passa por um processo de modernização, a classe empresarial se expande, com as poupanças dos investidores sendo direcionadas para atividades produtivas. Nesse contexto, aproveitam-se os recursos naturais e são adotados métodos inovadores para impulsionar ainda mais o desenvolvimento econômico (ROSTOW, 1964).

A etapa que sucede à decolagem, conforme definida por Rostow (1964), é denominada "marcha para a maturidade". Nessa fase, há uma intensificação do avanço tecnológico, resultando na diversificação das oportunidades de produção. Rostow destaca que, durante a etapa da maturidade, novas indústrias continuam a se desenvolver rapidamente, enquanto as indústrias mais antigas atingem uma fase de estabilização. A economia estabelece sua posição no panorama internacional, com a produção local substituindo bens que antes eram importados. Surgem novas necessidades de importação, ao mesmo tempo em que novos artigos de exportação entram em cena para equilibrar a balança comercial. Essa é a fase em que a economia demonstra possuir as habilidades técnicas e organizacionais para produzir não necessariamente tudo, mas qualquer coisa que decida empreender.

A quinta etapa do estágio, conforme Rostow (1964), é denominada "era do consumo de massa". Nessa fase, o autor argumenta que o consumo cresce devido ao aumento da renda da população, que ultrapassa as necessidades básicas de alimentação, habitação, saúde e vestuário. A sociedade, agora mais urbanizada, mostra uma ansiedade crescente por consumir bens e serviços de uma economia consolidada. Durante essa etapa, as oportunidades de trabalho especializado se expandem em diversas áreas, refletindo uma sociedade mais complexa e diversificada.

Alexander Gerschenkron (1968) propõe uma tipologia de desenvolvimento industrial como um instrumento analítico, no qual a industrialização pode ser classificada em várias categorias, tais como:

1. Autóctone ou derivada: referindo-se à industrialização desenvolvida

localmente ou proveniente de influências externas.

2. Forçada ou autônoma: distinguindo entre a industrialização impulsionada por intervenções governamentais ou impulso espontâneo do setor privado.

3. De bens de produção ou de consumo: caracterizando se a ênfase recai na produção de bens utilizados na produção ou no consumo final.

4. Inflacionista ou com preços estáveis: abordando se o processo industrial contribui para a inflação ou mantém preços estáveis.

5. Com variações quantitativas ou com transformações estruturais: analisando se o desenvolvimento industrial resulta em simples aumentos quantitativos ou em mudanças estruturais significativas.

6. Contínua ou descontínua: referindo-se à continuidade ou interrupções no processo de industrialização.

7. Com progresso da agricultura ou não: examinando se o desenvolvimento industrial está associado ao progresso simultâneo da agricultura.

8. Com propósitos econômicos ou políticos: distinguindo se a industrialização é orientada por objetivos predominantemente econômicos ou políticos.

Ao abordar o atraso econômico numa perspectiva histórica, Gerschenkron (1968) argumenta que, além de se basear na experiência geral do século passado, as políticas destinadas às regiões atrasadas devem levar em consideração seus recursos naturais, desafios climáticos, tipo de comércio exterior e outros fatores relevantes. Ele justifica o atraso de países não europeus por meio de uma análise antropológica, destacando os efeitos do desenvolvimento cultural sobre as oportunidades de crescimento industrial. Gerschenkron sugere que, embora as conclusões da análise do processo histórico possam ser bastante pessimistas, é crucial valorizar fatores e potencialidades sociais específicas.

A crescente importância atribuída aos desafios do crescimento econômico renovou o interesse pela doutrina de Schumpeter. Segundo Wallich (1969), os elementos do processo de desenvolvimento em países subdesenvolvidos são os seguintes:

a) A força motora do Estado atua como agente promotor, assumindo o papel de empreendedor, conforme proposto por Schumpeter.

b) O processo característico é o efeito de demonstração, no qual há uma onda de imitadores ("na economia tudo se copia").

Wallich (1969) argumenta que é difícil afirmar que a inovação é o traço mais distintivo nos países menos desenvolvidos. Talvez seja mais apropriado descrever o

processo como um processo de assimilação. Sendo um neo-schumpeteriano, o autor argumenta ainda que a teoria do desenvolvimento de Schumpeter não representa o processo característico nem se aplica à análise dos países menos desenvolvidos.

Em países menos desenvolvidos, segundo Wallich (1969), o empresário não desempenha o papel principal como força motora, a inovação não é o processo mais característico, e o enriquecimento privado não é o objetivo predominante. Com base nessa premissa, o desenvolvimento derivado ocorre por meio da importação de tecnologias já existentes e testadas do exterior. Dessa maneira, o país importador pode aprender e eventualmente desenvolver sua própria tecnologia. Nos países menos avançados, a iniciativa privada é frequentemente fragilizada e tem pouca expressão, o que dificulta o avanço rápido do desenvolvimento capitalista. O foco, então, recai na importação de conhecimento técnico já consolidado como uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento econômico.

A teoria schumpeteriana precisa ser adaptada para incorporar o Estado como um agente empreendedor, importador de tecnologia, financiador do crescimento, além de desempenhar suas funções principais de planejamento e coordenação geral do desenvolvimento. Nos países menos desenvolvidos, o governo muitas vezes emerge como o agente mais proeminente e ativo, em maior ou menor grau. Em muitos casos, o governo também atua como porta-voz de reivindicações populares intensamente sentidas.

Essas reivindicações geralmente estão vinculadas a uma aspiração generalizada por padrões de vida mais elevados. Portanto, a presença e o papel do governo não se limitam apenas às funções tradicionais de regulamentação e coordenação, mas também incluem o papel ativo na promoção do desenvolvimento através do empreendedorismo estatal, importação estratégica de tecnologia e financiamento direto do crescimento econômico.

O termo "derivado", neste contexto, está associado às inovações já implementadas no exterior e não é derivado das ideias de Schumpeter. Inicialmente, o importador imita as tecnologias existentes, mas ao longo do tempo, por meio de um processo de aprendizado, ele começa a dominar a tecnologia e a desenvolver novas inovações. Esse processo de aprendizado e assimilação permite ao país importador avançar de uma posição inicial de imitador para uma posição mais avançada, na qual ele pode contribuir para o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações.

John Maynard Keynes (1937), revolucionou a teoria macroeconômica de tradição neoclássica. Ele introduziu conceitos fundamentais como demanda efetiva,

emprego, propensão ao consumo e efeito multiplicador. A conclusão central de Keynes foi a de que o capitalismo é um sistema intrinsecamente instável, suscetível a desequilíbrios que não podem ser corrigidos automaticamente pelos mecanismos de mercado.

Keynes (1937) defendeu a intervenção governamental como um meio de lidar com situações de alto desemprego involuntário e falta de demanda, propondo políticas fiscais e monetárias expansionistas para reaquecer uma economia durante períodos de recessão. Ele criticou os mecanismos auto-reguladores, argumentando que seriam ineficientes para restabelecer o pleno emprego e a estabilidade econômica. Outra contribuição significativa foi a ideia de que o emprego está relacionado ao nível de investimento, salientando que o aumento do emprego só ocorrerá paralelamente ao aumento dos investimentos, a menos que haja uma alteração na propensão ao consumo. Suas ideias influenciaram profundamente a teoria econômica e moldaram as políticas econômicas adotadas por muitos países no século XX.

Keynes (1937) apresenta uma perspectiva abrangente do sistema econômico, buscando superar as particularidades e limitações da teoria clássica. Segundo o autor, a teoria clássica não abarcava a totalidade da economia, cometendo uma falha ao negligenciar a importância da moeda e ao basear-se na ideia do pleno emprego. Ao contrário dos clássicos, que sustentavam que a produção (oferta) naturalmente geraria o próprio consumo (demanda), Keynes discorda da ideia de que a lei da oferta e da procura regula automaticamente o equilíbrio nos mercados de trabalho, capital e mercadorias.

A força propulsora da economia, de acordo com Keynes, é a demanda e não a oferta. Sua teoria geral argumenta que o setor produtivo da economia não consegue absorver toda a mão-de-obra disponível, resultando na ocorrência do desemprego. Por essas razões, suas contribuições são reconhecidas como a "revolução keynesiana". Keynes (1937) concentrou seus esforços no estudo das causas, condições e forças do desequilíbrio em uma economia com desemprego.

Ele propõe que o emprego desempenha um papel central na geração da demanda global, criando um ciclo virtuoso que depende de três fatores psicológicos: a preferência pela liquidez, o estímulo para investir e a propensão a consumir. A preferência pela liquidez implica que as pessoas optam por aplicar ou armazenar seus rendimentos na forma de moeda.

De acordo com Chang (2004), uma característica comum a todas as teorias econômicas, incluindo as de Rosenstein-Rodan, Gerschenkron e outros, é a concepção de que o desenvolvimento econômico exige um Estado capaz de estabelecer e regular as

relações econômicas e políticas, além de sustentar a industrialização de maneira sustentável. Em resumo, Chang refere-se a essa entidade como um "Estado Desenvolvimentista".

Ainda segundo Chang (2004), em um mundo onde os recursos têm mobilidade limitada, uma gestão explicitamente "política" da economia poderia ser mais eficaz, contanto que seja realizada com um foco no desenvolvimento a longo prazo. Nesse contexto, aponta-se para uma direção clara: a necessidade de reconstruir um Estado Desenvolvimentista. Esse tipo de Estado assume metas de crescimento a longo prazo e mudança estrutural, adotando uma abordagem de gestão "política" da economia para minimizar conflitos inevitáveis durante o processo de mudança (mas com atenção às metas de longo prazo). Além disso, o Estado Desenvolvimentista engaja-se em adaptação e inovação institucional como meio de alcançar essas metas.

No entanto, Chang (2004) questiona a noção de que o progresso científico e tecnológico, como mencionado anteriormente, seja a solução completa para os desafios econômicos de um país. O economista coreano argumenta que, uma vez que os mercados em si são produtos da história, moldados por decisões políticas e valores éticos, o avanço científico e tecnológico não pode, por si só, eliminar as divergências políticas e éticas existentes. Como exemplo, ele menciona a possibilidade de que, mesmo em um cenário de avanços tecnológicos e riqueza material significativos, a desigualdade social e econômica possa persistir.

Chang (2004) destaca a importância de reconhecer que as interações entre tecnologias, instituições e indivíduos variam em diferentes períodos históricos. Em vez de seguir um padrão mecânico, essas relações se desenvolvem de maneira intrincada e podem levar a resultados diversos. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda do cenário econômico atual, que é moldado pelas mudanças nas instituições, tecnologia e políticas, e como esses fatores influenciam as ações dos agentes em cada período.

Devido à existência de decisões que afetam significativamente apenas o âmbito nacional, o Estado, sendo o único agente com o potencial (se não a capacidade de realização) e representante dos interesses nacionais, deve elaborar as alternativas necessárias para tais decisões. Isso implica promover uma visão de futuro para a economia. O sucesso do empreendedorismo privado também está intrinsecamente ligado à criação de novos mecanismos institucionais para concretizar suas visões. O Estado, desempenhando o papel de mediador de conflitos, pode ser considerado um fornecedor de segurança aos

membros da sociedade, oferecendo uma estrutura de governo que assegure um nível justo de renda, mesmo em circunstâncias desfavoráveis.

Segundo o economista argentino Raul Prebisch (1949), a ideia equivocada de que os países que dependem da produção primária podem obter sua parcela no progresso técnico por meio do comércio internacional, sem a necessidade de industrialização, é falha. O economista enfatiza que a menor eficiência desses países os levaria a perder de maneira irreversível as vantagens clássicas do intercâmbio.

Prebisch (1949) destaca que a industrialização é a única estratégia viável para introduzir o progresso técnico nos países subdesenvolvidos, buscando melhorar a qualidade de vida das populações atrasadas. Através da industrialização, é possível impulsionar a produtividade, aumentar a poupança e reduzir as disparidades internas nos países periféricos, bem como em relação às economias dominantes externas. Além disso, justifica o desenvolvimento dos países latino-americanos por meio da industrialização, destacando seu papel como fonte de emprego, especialmente para a mão de obra feminina, e aumento dos níveis de remuneração.

Adicionalmente, Prebisch (1949) propõe que o desenvolvimento da agricultura seja harmonizado com a produção industrial. Sua estratégia inclui a promoção da industrialização por meio de mecanismos protecionistas, com o objetivo de diminuir o coeficiente de importações, seja em quantidade ou em valor em dólares. Isso seria alcançado pela redução ou eliminação de importações de itens não essenciais, permitindo, assim, a alocação de recursos para a importação de bens de capital.

A alteração na composição das importações é considerada essencial para o processo de industrialização, de acordo com a visão de Prebisch (1949). Ele destaca a necessidade de uma participação substancial do Estado, envolvendo planejamento e atração de capitais externos, principalmente por meio de empréstimos. Essa abordagem visa manter a renda na periferia, romper o ciclo econômico existente e facilitar a importação de bens de capital, proporcionando, assim, a viabilização do processo de industrialização.

É importante ressaltar ainda que Celso Furtado (1979) aborda a questão da dependência externa e do subdesenvolvimento, realizando uma análise da natureza da relação entre centro e periferia. Ele critica a interpretação comum do desenvolvimento nos países periféricos, que muitas vezes é superficial e confunde-se com a importação de padrões culturais e a modernização dos estilos de vida. Essa importação, conforme Furtado, beneficiou apenas a classe privilegiada, que representava no máximo dez por

cento da população. Ele argumenta que a preservação e o aumento dos benefícios dessa classe social foram erroneamente considerados como fatores determinantes do desenvolvimento, pois seus padrões foram equiparados aos dos países "centrais", onde ocorria a revolução tecnológica apoiada na divisão internacional do trabalho.

Destarte, o aumento da renda média nos países periféricos resulta em condições de consumo e qualidade de vida superiores para proprietários e executivos. Furtado (1979) destaca um aspecto fundamental muitas vezes negligenciado: os países periféricos, ao se especializarem, tornam-se importadores de novos bens de consumo, oriundos do progresso tecnológico dos países centrais.

Um aspecto crucial do problema é a compreensão de que a condição de subdesenvolvimento possui uma dimensão política. Ao analisar os sistemas de poder e as raízes culturais e históricas, torna-se possível entender as complexas relações de dominação e dependência presentes nos países subdesenvolvidos. A transformação das relações assimétricas de poder requer o desenvolvimento de uma teoria econômica que explique a dinâmica dos subsistemas dominantes e dependentes. A política de desenvolvimento para esses países deve ter uma abordagem qualitativa, direcionada a objetivos claramente definidos. Furtado (1979) destaca que uma política de desenvolvimento bem-sucedida deve priorizar o aumento do emprego, reconhecendo que o desenvolvimento é influenciado por vários fatores exógenos, como o aumento das exportações e a substituição de importações.

Assim sendo, é essencial promover mudanças estruturais por meio da intervenção estatal. Furtado advoga por uma abrangente atuação do Estado para romper o ciclo vicioso da pobreza e introduz o conceito de complementaridade, destacando a necessidade de diversas iniciativas para superar o estágio de subdesenvolvimento com a participação ativa do Estado. Conforme Furtado (1979), pode-se concluir que a introdução de novos padrões de consumo entre os grupos mais afluentes representa o verdadeiro fator primordial (juntamente com a ação estatal) no crescimento das economias subdesenvolvidas na fase pós-substituição de importações.

Conforme apontado pelo autor, os países subdesenvolvidos enfrentam limitações ou perspectivas remotas de expansão das exportações de produtos primários. Essa premissa, originalmente proposta por Prebisch e adotada posteriormente por Nurkse, constitui a base do conceito de desenvolvimento equilibrado. Nesse contexto, a estratégia preconizada é a rápida industrialização. No entanto, é crucial observar que a

industrialização abrange um sentido abrangente de "expansão equilibrada de todos os setores" para atender a uma procura global que se diversifica com o aumento da renda.

Diante da exploração desta base teórica, torna-se evidente que as teorias dos autores abordados nesta revisão sugerem, como elementos estratégicos cruciais, o desenvolvimento por meio de fases, ciclos, impulsos, efeitos de demonstração (importação de conhecimentos), ênfase em setores-chave, polarização e revoluções econômicas. Como ponto convergente nas diversas perspectivas dos mencionados autores, destaca-se a industrialização como o elemento estratégico mais eficaz para alcançar a independência econômica dos países subdesenvolvidos, buscando potencializar as exportações.

2 PANORAMA DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL

O presente capítulo versa sobre o processo histórico decorrido ao longo dos anos que ajudou a firmar os acordos econômicos que hoje predominam entre ambos países. Esse histórico começa com o reconhecimento oficial brasileiro da Coreia do Sul como nação independente, perpassando os primeiros acordos, sempre comerciais, que a Coreia procurava traçar com nações importantes que não estivessem no bloco socialista, bem como com os movimentos migratórios em massa da Coreia para o Brasil, abrindo não só um caminho geográfico entre os países mas, sobretudo, uma relação de comércio, em que a Coreia compra produtos agrícolas brasileiros e o Brasil compra deste produtos e bens de consumo.

Para compreender as relações entre Brasil e Coreia do Sul, é necessário analisar os países ao longo da história. Nesse sentido, as relações político-diplomáticas se iniciaram em 1949, quando o Brasil se tornou o oitavo país do mundo a reconhecer oficialmente a Coreia do Sul como nação. Durante o conflito ocorrido no território coreano no contexto da Guerra Fria, o Brasil se posicionou favorável à Coreia do Sul, sob influência dos Estados Unidos que concedia ajuda externa ao país (KIM, 2015).

Segundo Ziemath e Aguiar (2017), a partir da década de 1960, o país asiático fortaleceu sua atividade diplomática por meio de acordos e missões comerciais com países vistos como estratégicos no âmbito comercial, como foi o caso do Brasil. Nesse período, foram criadas uma embaixada brasileira em Seul e uma embaixada sul coreana em território brasileiro, mais precisamente no Rio de Janeiro, sendo a primeira desse país asiático na América Latina.

No âmbito econômico, Veronezi (2023) destaca que a Coreia do Sul deu início a seu processo de industrialização por meio de mecanismos de substituição de importações da década de 1950, de maneira similar ao que ocorreu no Brasil. Durante a década de 1960, o Brasil exportava para a Coreia açúcar, arroz, produtos farmacêuticos e produtos têxteis e a Coreia exportava para o Brasil matérias-primas de origem vegetal e produtos químicos orgânicos. Durante este período, os movimentos emigratórios da Coreia para o Brasil cresceram, o que possibilitou também o aumento das importações de produtos alimentícios advindos do país asiático (APEX, 2011).

Ainda segundo Veronezi (2023), as relações entre os países também foram fortalecidas diante dos movimentos migratórios em massa advindos da Coreia do Sul (motivados por problemas internos e descontinuidade da ajuda externa por parte dos

Estados Unidos) em direção ao Brasil iniciados na década de 1960, uma vez que naquele período o Brasil era mais industrial e economicamente mais desenvolvido em relação à Coreia do Sul. Com isso, criou-se um curso de língua portuguesa na Universidade de Hankook em Seul, na Coreia do Sul e, mais tarde, o Departamento de Línguas Orientais da Universidade de São Paulo, no intuito de promover uma disseminação cultural, começou a ministrar cursos de língua coreana.

Esses movimentos foram intensos até a década de 1970, quando o governo brasileiro (na época o governo militar, que ficou no poder entre 1964 a 1985) começou a limitar a imigração de sul-coreanos, levando inúmeros coreanos a migrarem de maneira irregular¹. Por outro lado, o governo sul coreano, de certa forma, propiciava os movimentos migratórios no intuito de controlar a natalidade do país, que havia crescido no pós-guerra, reduzir o desemprego, além de fomentar ligações com países que não faziam parte do bloco socialista, como o Brasil (VERONEZI, 2023).

Ziemath e Aguiar (2017) salientam que em 1970, os incentivos às exportações foram intensificados e a política de substituição de importações foi mantida, apresentando um dinamismo econômico significativo. Assim, as exportações coreanas para o Brasil foram marcadas por produtos de borracha, ferro e aço, que se mantiveram com altas taxas até o impacto do cenário internacional e fatores político-econômicos internos diminuir essas movimentações.

Apesar da não linearidade dos índices comerciais entre os países, as relações comerciais entre ambos se intensificaram neste período. Destarte, Veronezi (2023) aponta que no final da década de 1970, a Coreia do Sul intensificou as importações do Brasil, sobretudo de café, algodão, linho, máquinas e equipamentos. Grande parte dos produtos brasileiros importados pelos sul coreanos tinha como destino a indústria. Já os produtos sul coreanos importados pelo Brasil consistem em bens de consumo.

Segundo Kim (2015), enquanto o período foi marcado pela forte intervenção governamental nos negócios privados, houve uma progressiva liberalização econômica durante os anos 80, visando assim obter maior independência e autonomia em relação ao governo. O regime comercial de importação coreano funcionava de forma dual:

¹ Atualmente, segundo Pacheco (2022), a onda cultura coreana tornou-se um fenômeno econômico capaz de impulsionar indústrias como entretenimento, moda, beleza e turismo. O sucesso global do K-pop, K-dramas e produtos culturais relacionados aumentou as exportações, atraiu turistas e estimulou o crescimento econômico da Coreia do Sul, destacando o potencial econômico da cultura popular em escala global. No Brasil, testemunha-se o crescimento de uma base de fãs, eventos e convenções dedicadas à cultura coreana, refletindo sua influência cada vez maior na sociedade brasileira.

relativamente livre para os exportadores e restritivo de importações para o consumo doméstico.

Neste período, de acordo com Kim (2015), a pauta comercial foi, de certa forma, regularizada, em comparação com a década anterior. Dentre os principais produtos exportados para a Coreia, destacam-se ferro e aço, celulose, álcool etílico, farelo de soja, açúcar e produtos químicos orgânicos. Tanto a década de 1980 como a de 1990 foram marcadas pela expansão e atividade dos conglomerados sul coreanos no mercado internacional.

Nos anos de 1990, o Brasil desempenhou um papel fundamental de liderança no contexto de ingresso da Coreia do Sul na Organização das Nações Unidas. Nesse período, as visitas de Estado entre os presidentes dos países se iniciaram, tornando-se relativamente frequentes desde então. Nas duas últimas décadas, as relações entre os países, que antes poderiam ser entendidas como superficiais, se tornaram mais sólidas diante de acordos firmados nas áreas da educação, tecnologia da informação, saúde e energia. Embora os países tenham se empenhado em estabelecer vínculos políticos e diplomáticos, foi na área econômica que os vínculos entre os países se estruturaram ao longo dos anos

Ao longo da década de 1990, ainda segundo Kim (2015), o país procurou estabelecer uma maior abertura econômica e reformas na rede complexa de relacionamentos entre o governo e os grandes conglomerados empresariais. Essas práticas foram ao encontro do movimento mundial da globalização, resultando no aumento da presença coreana no mercado mundial. Contudo, diante da escassez de recursos produtivos e alto índice de urbanização, a Coreia do Sul acaba sendo dependente das importações de bens agropecuários para abastecer o seu mercado interno.

Nesse contexto, para Canuto (2023), o Brasil, por ser um país agroexportador, tornou-se um parceiro comercial importante para o país asiático. Como resultado, a Coreia do Sul ultrapassou a China, tornando-se o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente asiático. Esse aumento das trocas comerciais entre os países pode ser explicado por alguns fatores como: por um lado, a redução das taxas e barreiras não-tarifárias, aumento da demanda devido a relativa valorização das moedas latino-americanas frente ao dólar e pela maior liberalização dos regimes comerciais e de investimentos em praticamente todos os países da América Latina; por outro, a posição significativa da moeda sul coreana, o Won (moeda coreana) e da produção em grande escala de produtos eletrônicos, têxteis, automotivos e aço, possibilitando vantagens

competitivas e exportação ao redor do mundo.

Nesse sentido, a fim de possibilitar relações bilaterais e ampliar a cooperação mútua, os dois países firmaram um memorando cujo objetivo era fomentar o desenvolvimento de cooperação nos setores econômico, comercial, agrícola, industrial, técnico, tecnológico, científico e cultural. Os países assinaram também o Tratado de Extradução e o Acordo para a Promoção e Proteção Mútua de Investimentos, o qual incentivava práticas que facilitavam o investimento de investidores do Brasil e da Coreia. No campo político-diplomático, os países firmaram um memorando de Entendimento para Consultas Políticas, que estipulava consultas políticas de alto nível entre representantes dos dois países a fim de discutir assuntos de interesse comum para os países, conforme descrito por Silva e Valkinir (2020).

Em contrapartida, Canuto (2000) salienta que as relações políticas e econômicas entre os países foram estremecidas no final da década de 1990 diante da chamada Crise Asiática. Nesse contexto, após décadas de sucessivo dinamismo econômico, a Coreia do Sul desvalorizou sua moeda nacional, o que impactou diretamente os relacionamentos do país com o mercado interno e externo, mostrando a necessidade de reestruturação deles para superar a crise.

Para tal, Guimarães (2010) destaca que o governo sul coreano estabeleceu medidas para atrair mais capital estrangeiro: a total liberalização dos investimentos estrangeiros, possibilitando o controle total das empresas domésticas; a criação de um sistema de suporte aos investidores que disponibiliza o encaminhamento e a aprovação, de uma só vez, de todos os procedimentos necessários para se operar uma empresa no país; o estabelecimento de um Fundo de Promoção de Investimentos, construindo zonas especiais de investimentos.

Nessa perspectiva, para Kim (2015), algumas empresas sul-coreanas do ramo de engenharia e construção intensificaram seu interesse pelo mercado brasileiro em relação à construção de obras de infraestrutura. Assim sendo, essas empresas procuraram aumentar sua atuação na implementação de projetos desse tipo, por meio de incentivos fiscais e outros benefícios, oferecidos pelo governo. Com isso, a presença de empresas sul-coreanas no território brasileiro tem aumentado diante da maior liberalização do mercado brasileiro e da criação do Mercosul.

Além das relações econômicas e político-diplomáticas, estabeleceram-se também relações no âmbito cultural entre o Brasil e a Coreia do Sul. Dessa forma, foram criadas a Sociedade Cultural Brasil-Coreia e o Instituto Cultural Brasil-Coreia, visando

incentivar laços de amizade e intercâmbio intelectual e artístico e contribuindo também com os respectivos governos para o bom cumprimento dos acordos culturais. Assim, os países passaram a realizar turnês de grupos de danças tradicionais, exposições de fotografias, filmes, artes e visitas oficiais e não oficiais de comissões de amizade, além de incentivo ao intercâmbio esportivo (URBANO, 2017).

Posteriormente, na década seguinte, o Brasil elaborou uma lei a fim de regulamentar a questão migratória no país, o que resultou na volta de movimentos migratórios regulares para o território brasileiro. Atualmente, de acordo com Santos e Rocha (2023), o Brasil possui uma comunidade de origem sul-coreana com cerca de 80 mil pessoas, consistindo na maior comunidade de coreanos na América Latina e terceira maior população coreana fora da Ásia.

Apesar das divergências entre Brasil e Coreia do Sul em relação às políticas migratórias, os movimentos migratórios ocorridos naquele período teriam contribuído para a ampliação das transações entre os dois países, sobretudo no âmbito do comércio bilateral.

3 INTERCÂMBIOS COMERCIAIS ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Coreia do Sul foi impulsionado pelo contexto político e econômico do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, proporcionando assim uma intensificação da relação bilateral entre os países iniciada nos anos anteriores. Isso foi possível diante do cenário de crescimento econômico tanto no Brasil como na Coreia do Sul, além da valorização do preço internacional de bens primários (KIM, 2015).

Com isso, Kim (2015) os países passaram a intensificar as visitas oficiais ao longo dos anos 2000 e essa aproximação possibilitou a elaboração de parcerias em setores relevantes que correspondiam aos interesses de ambos países. Um exemplo disso foi o Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa assinado em 2006, no intuito de promover o desenvolvimento econômico em setores como tecnologia, energia, meio ambiente e cultura.

No âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação, a relação se deu por meio da aproximação existente entre o desenvolvimento industrial dos países ao longo da década de 1990. Por um lado, o desenvolvimento tecnológico brasileiro foi restringido pela crise da dívida e pelas dificuldades econômicas desse período. Por outro, o processo coreano foi marcado pelo crescimento das importações de tecnologia e de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, Kim (2015) destaca que no início dos anos 2000, o setor de ciência e tecnologia obteve um destaque significativo, possibilitando assim parcerias comerciais entre os dois países. Esse fato foi demonstrado por meio das visitas recíprocas entre os presidentes brasileiro e coreano na primeira década dos anos 2000, que ressaltaram a importância de cooperações nesse sentido. A partir dessas parcerias na área de Ciência e Tecnologia, a relação entre os países foi intensificada, ampliando ainda os fluxos de comércio e investimentos entre o Brasil e a Coreia do Sul.

Nessa perspectiva, Masiero e Lee (2012) evidenciam que os países definiram suas prioridades no âmbito tecnológico por meio da I Reunião da Comissão Mista, que ocorreu em Seul em 2011. Por um lado, o Brasil defendeu a priorização de cooperação voltada para a Nanotecnologia, semicondutores e software, energia nuclear, biotecnologia, eletroeletrônica e tecnologias limpas. Por outro, a Coreia defendeu áreas como biocombustíveis, rádio cognitivo, comunicações ópticas, 4G, TV digital, energia nuclear e mineração.

Em relação ao comércio (e também ao investimento), ainda segundo os autores supracitados, a Coreia do Sul se encontrava nesse período em posição de vulnerabilidade em relação às flutuações do mercado internacional, diante da forte dependência em relação ao comércio exterior para o crescimento do país. A partir disso, as ações implementadas consistiram em fomentar o consumo interno, através de medidas de política monetária expansionistas e incentivos fiscais ao crescimento de setores como o de serviços, além de desenvolvimento da capacidade de exportação do país, intensificando as relações comerciais e firmamento de Acordos de Livre Comércio com diversos parceiros internacionais, inclusive o Brasil.

Desse modo, ao longo dos anos 2000, o comércio bilateral entre Brasil e Coreia do Sul foi ampliado. Dentre as motivações para essa ampliação, destacam-se o aumento das exportações brasileiras para o mundo diante do crescimento da demanda internacional por bens primários e da elevação do preço internacional das commodities. Outro fator importante foi o crescimento da ascendência internacional de produtos manufaturados coreanos de alto valor agregado, como carros e aparelhos eletrônicos, sobretudo no Brasil, que aumentou a demanda de consumo desses bens.

No intuito de intensificar as relações entre os países, a Coreia do Sul iniciou negociações com o Mercosul em 2018 para consolidar um Acordo de Livre Comércio. Nesse contexto, Araújo e Abbade (2021) salientam que o Brasil na posição de potência produtiva de exportação agropecuária no contexto mundial, teve a Coreia do Sul como o sexto país que mais importou produtos agropecuários em 2019. Isso demonstra uma complementaridade das pautas comerciais entre Brasil e Coreia, mas não impede o país asiático de firmar diversos acordos comerciais no âmbito do livre comércio.

3.1 EXPORTAÇÕES DE BRASIL A COREIA DO SUL

Atualmente, os avanços tecnológicos possibilitam a comunicação instantânea com as mais distintas partes do planeta, propiciando que empresas de diferentes e distantes países conduzam diariamente os negócios. As barreiras que protegiam as indústrias nacionais no passado não existem mais hoje. Isso significa que as empresas estrangeiras podem competir com as empresas brasileiras no próprio país, o que exige que as empresas nacionais se tornem mais competitivas.

Nesse contexto, o comércio exterior ganha cada vez mais importância para as empresas que desejam se desenvolver de forma sustentável. Além disso, a

diversificação de mercado também representa maior segurança contra possíveis crises temporárias. Portanto, as exportações são benéficas de modo geral para todo o país, promovendo a entrada de divisas, geração e manutenção de emprego e renda, melhoria da qualidade dos recursos humanos, evolução e crescimento dos parques industriais e do cenário empresarial (SISCOMEX, 2023).

Nessa perspectiva, considerando que o Brasil é um país como forte peso do setor agroexportador² e a Coreia do Sul necessita importar diversos produtos, os países tornaram-se importantes parceiros comerciais. Dentre os fatores que possibilitaram essa dinâmica, destacam-se: a redução das taxas e barreiras não-tarifárias, aumento da demanda devido a relativa valorização das moedas latino-americanas frente ao dólar e maior liberalização dos regimes comerciais e de investimentos em inúmeros países da América Latina; a posição relevante da moeda sul coreana, e da produção em larga escala de produtos eletrônicos, têxteis, automotivos e aço, gerando assim vantagens competitivas e exportação a nível mundial (SISCOMEX, 2023).

Destarte, a Coreia do Sul, sexto maior importador do mundo, também é dominada por produtos manufaturados, embora a intensidade seja bem menor do que as exportações do país. Cerca de dois terços das compras externas do país vêm de manufaturas, especialmente circuitos integrados eletrônicos e automóveis. Além disso, a pauta de importação incluiu principalmente combustíveis (20%) e menos relevantes minérios e metais (6,7%) e alimentos (6,4%).

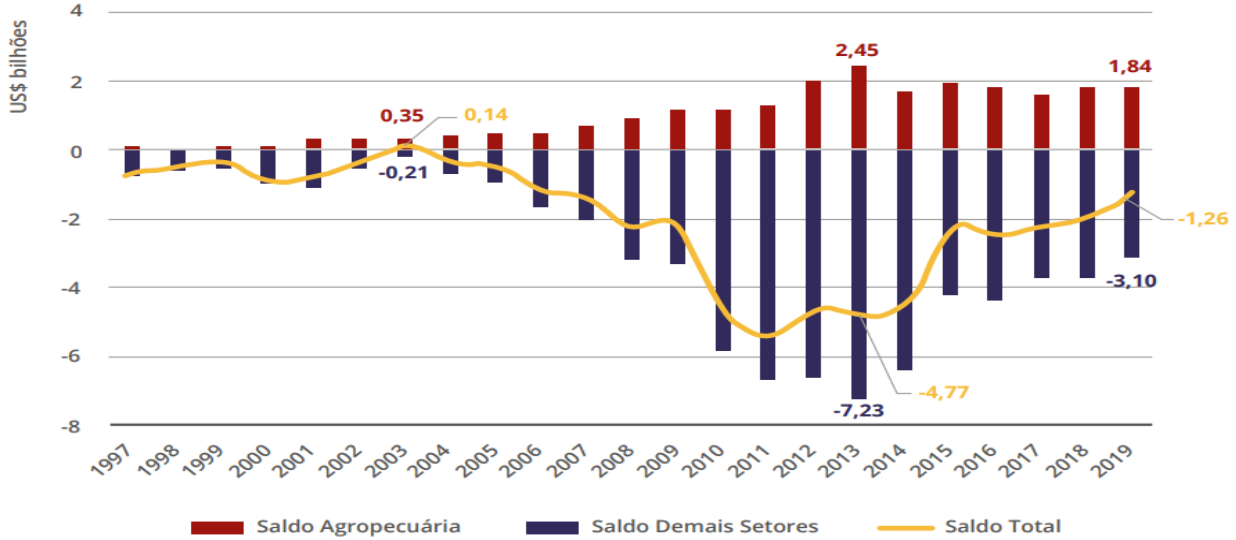
Sendo assim, os fluxos comerciais entre Brasil e Coreia do Sul se intensificaram a partir dos anos 2000, apesar de não terem se mantido estável ao longo dos anos. De 2001 a 2011, o volume do comércio bilateral aumentou significativamente, atingindo US\$ 14,9 bilhões. Entre 2012 e 2016, a tendência de crescimento se inverteu, com o comércio do Brasil com a Coreia do Sul caindo 38,8%, isto é, de US\$ 13,6 bilhões para US\$ 8,3 bilhões. As exportações caíram 36% no período, principalmente devido à desaceleração das vendas no Brasil e aos preços mais baixos do minério de ferro e do cobre. As importações também reduziram 40,1%, refletindo o fraco desempenho das máquinas e automóveis.

De 2013 a 2017, as exportações agrícolas do Brasil para a Coreia do Sul caíram 36,1%. No entanto, em 2018 e 2019, o Brasil intensificou suas vendas para a Coreia

² A maioria das exportações brasileiras é composta por produtos básicos, que representam 49,73% do total. Em seguida, estão os produtos manufaturados, semimanufaturados e operações especiais, contribuindo com 36,08%, 12,74% e 1,45%, respectivamente (SILVA et al., 2018).

do Sul, totalizando US\$ 1,8 bilhão em 2019 (Figura 1).

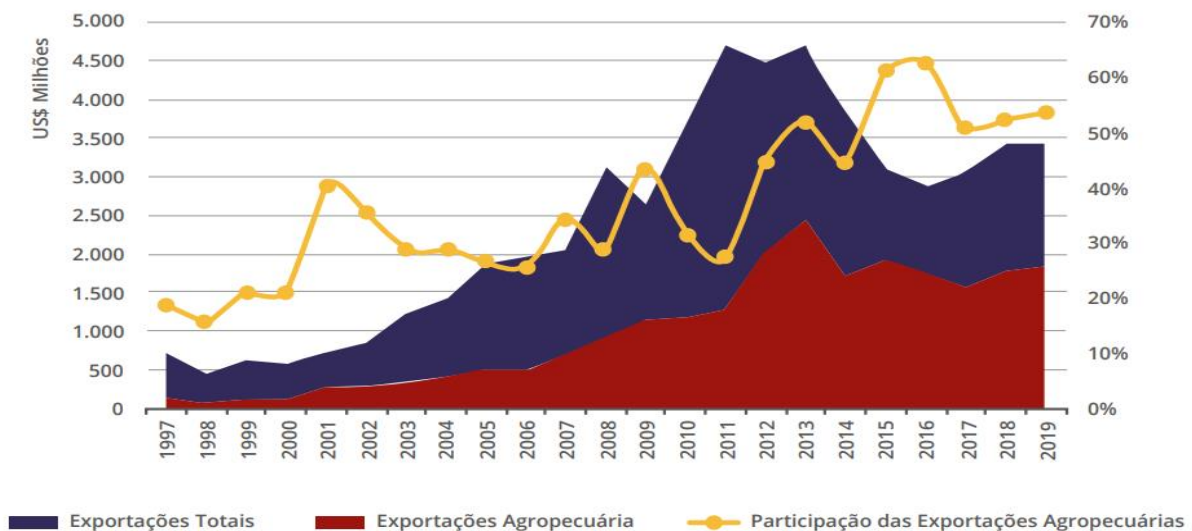
Figura 1 - Saldo Comercial do Brasil com a Coreia do Sul.



Fonte: CNA/BRASIL, 2021.

Embora a queda de exportação do setor agrícola nesse período tenha sido relevante, foi proporcionalmente pequena em relação aos demais setores da economia, permitindo que a agropecuária mantivesse sua condição de carro-chefe nas exportações brasileiras para a Coreia e aumentasse sua participação em relação aos demais setores. A figura abaixo mostra que a participação do setor na pauta de exportações passou de 28% em 2011 para 54% em 2019 e atingiu o pico em 2016 com 62%.

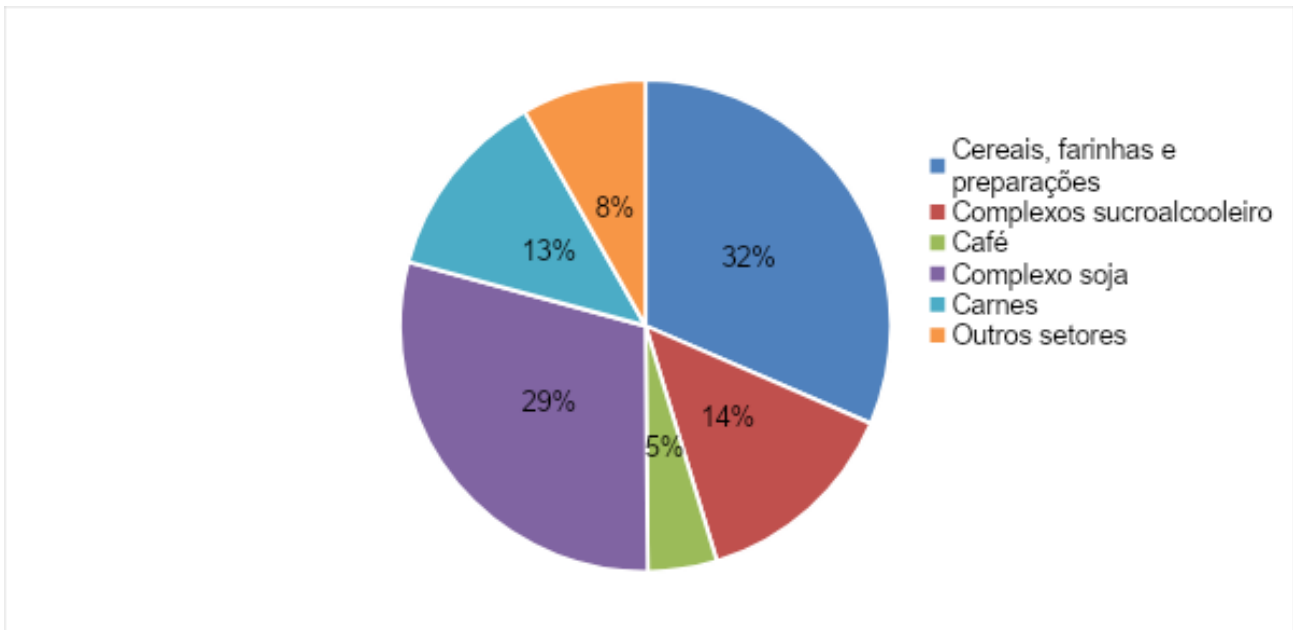
Figura 2 - Exportações brasileiras à Coreia do Sul.



Fonte: CNA/BRASIL, 2021.

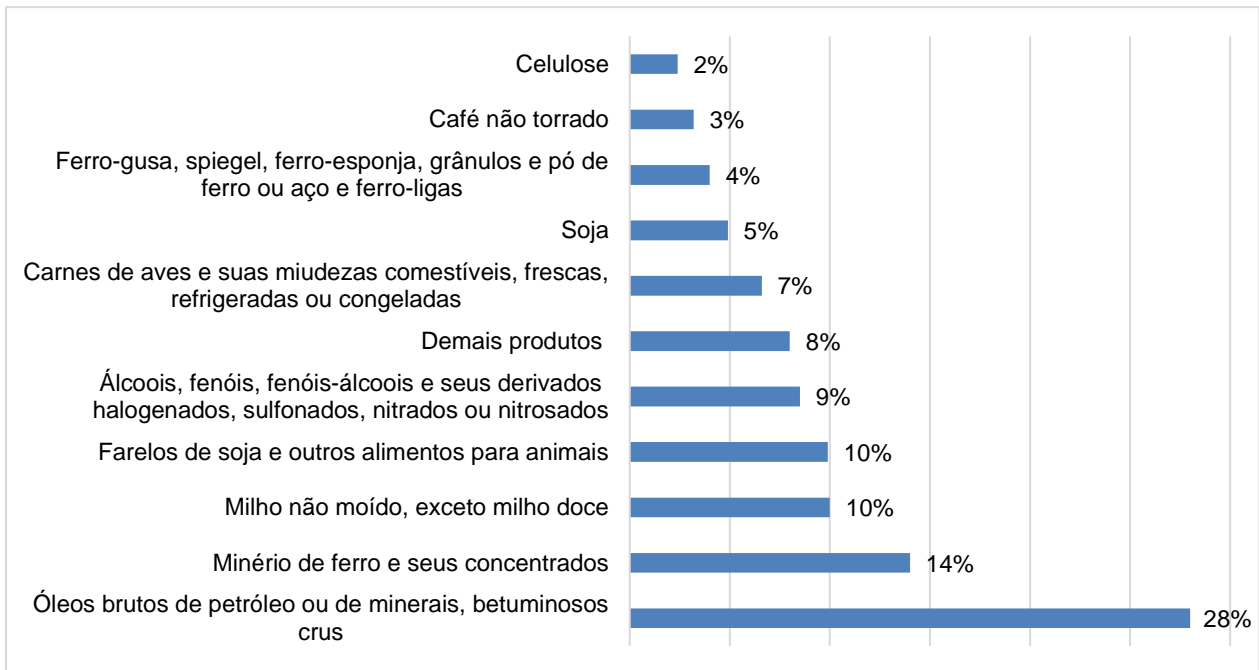
Na composição dos produtos agrícolas exportados para a Coreia do Sul, merecem destaque alguns setores, que juntos representam mais de 90% do total, a saber: Cereais, farinhas e demais preparações: neste setor, o principal componente da pauta de exportação é milho que representou, em 2019, o embarque de US\$ 582,3 milhões para o país asiático; complexo soja que representou 29% das exportações no ano de 2019; complexo sucroalcooleiro, o qual contribuiu com aproximadamente 14% das exportações com destaque para o etanol responsável por US\$ 250,9 bilhões das vendas; carnes que enviou ao país asiático cerca de US\$ 233,3 milhões somente no ano de 2019, valor oriundo, principalmente da exportação da carne de frango; e por fim, o setor do café, responsável pelo embarque de US\$ 84,1 milhões à Coreia do Sul, sobretudo café verde (Figura 3).

Figura 3 - Exportações agropecuárias brasileiras à Coreia do Sul.



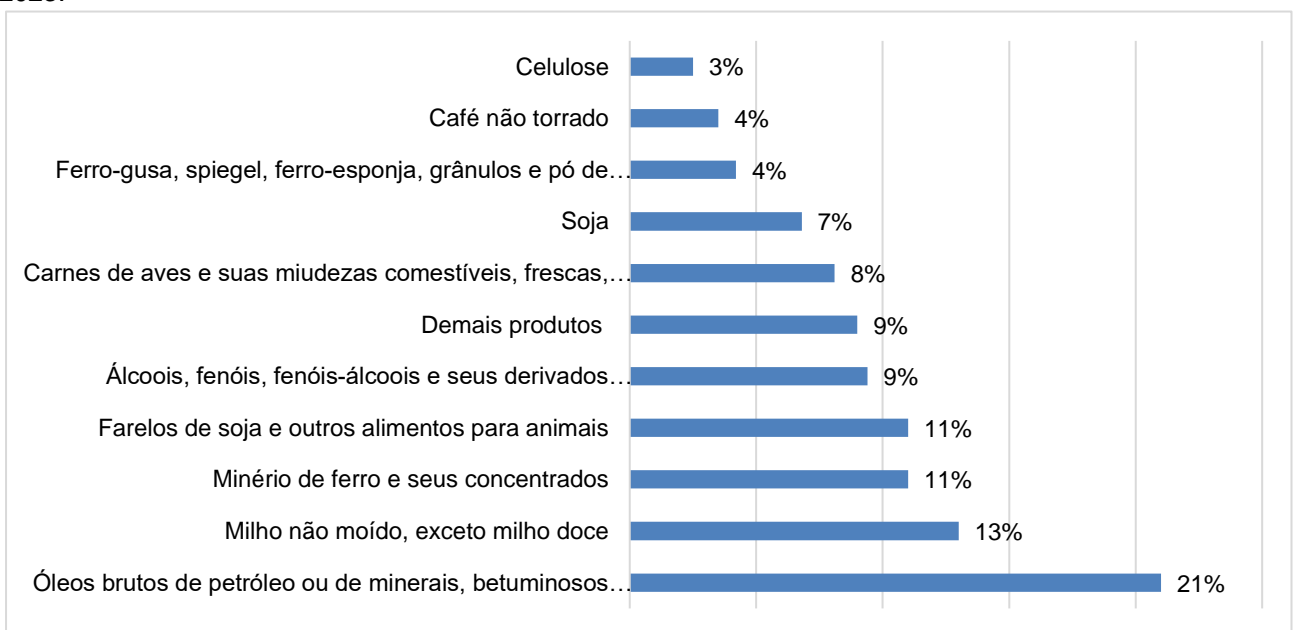
Fonte: CNA/BRASIL, 2021.

Em 2020, apesar do impacto da pandemia ocasionada pela Covid-19, as vendas destinadas à Coreia do Sul aumentaram 9,1% quando comparado ao ano anterior, alcançando o valor de US\$ 3,76 bilhões. No entanto, o saldo comercial foi negativo, o que significa que o Brasil comprou mais do que vendeu, considerando que aproximadamente US\$ 4,5 bilhões foram gastos com produtos coreanos. Já no ano de 2022, de acordo com os dados do site do Governo brasileiro (2023), o Brasil exportou cerca de US\$ 6,2 bilhões em produtos destinados à Coreia do Sul. Abaixo encontra-se os principais produtos exportados no referido ano (Figura 4).

Figura 4 - Visão geral dos principais produtos exportados por Brasil à Coreia do Sul em 2022.

Fonte: COMEX STAT, 2022.

Evidencia-se ainda, que entre janeiro a junho de 2023, foram exportados cerca de US\$ 2,6 bilhões de produtos à Coreia do Sul. Até então, há um aumento na exportação dos produtos oriundos da Indústria de Transformação quando comparado ao ano anterior (Figura 5):

Figura 5 - Visão geral dos principais produtos exportados por Brasil à Coreia do Sul entre janeiro a junho de 2023.

Fonte: COMEX STAT, 2022.

Segundo levantamento feito pela FUNCEX (2020), 273 produtos do Brasil

têm oportunidade de exportação para a Coreia do Sul, sendo 43 deles com o menor conteúdo relevante nas exportações brasileiras para o mercado coreano (grupo 1), e 230 produtos com potencial de vendas no mercado coreano. No primeiro grupo, 26 produtos possuem alíquotas NMF *ad valorem* distinta de zero sendo que um deles (soja) possui tarifa específica. No segundo grupo, há 188 produtos (82% dos produtos desse grupo) com alíquotas NMF *ad valorem* diferentes de zero e sem produtos tarifários específicos.

Diante dessa situação, e considerando as características atuais e potenciais da pauta de exportação bilateral do Brasil, bem como a concorrência que o país enfrenta no mercado coreano, o principal objetivo ofensivo das negociações de mercadorias volta-se para a redução das barreiras às exportações brasileiras de produtos agrícolas – especialmente os afetados por altas barreiras tarifárias e não tarifárias; acesso a preferências comerciais para produtos industriais com potencial de exportação (tarifa zero no curto prazo), a fim de reduzir as desvantagens decorrentes da concessão de preferências a países concorrentes do Brasil e consolidação bilateral das tarifas zero para os produtos sujeitos a alíquotas NMF.

3.2 IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROCEDENTES DE COREIA DO SUL

A importação refere-se à internalização da mercadoria estrangeira após a entrada no território aduaneiro. Do ponto de vista legal, as mercadorias só são consideradas importadas quando entram no país, passam pela etapa de desembaraço aduaneiro e recolhem os impostos de acordo com a lei. Tal processo é dividido em três fases: a administrativa, a fiscal e a cambial (BRASIL, 2022).

A etapa administrativa refere-se aos trâmites e exigências dos órgãos governamentais antes da efetiva importação e varia mediante o tipo de operação e mercadoria: trata-se da autorização de importação. A fase financeira compreende o trâmite aduaneiro por meio de consignação de importação, que é o procedimento de verificação da veracidade dos dados relativos à mercadoria importada declarada pelo importador, legislação específica e documentos apresentados, visando assim, o desembaraço aduaneiro. Essa etapa é realizada em local próprio logo após a entrada da mercadoria no território brasileiro e inclui o pagamento dos impostos de importação. Depois de concluído o desembaraço aduaneiro, a mercadoria é considerada então importada podendo ser liberada para o mercado interno do país (BRASIL, 2022).

A etapa cambial, por sua vez, envolve a compra de moeda estrangeira para

cobrir pagamentos de importação (quando tais pagamentos estão disponíveis), que são processados por entidades financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil a realizar operações de câmbio (BRASIL, 2022).

Conceituado o termo importação, destaca-se que no período entre 2000 e 2002, as importações de produtos coreanos pelo Brasil sofreram uma queda significativa. Durante 2000 e 2004, as trocas comerciais foram favoráveis à Coreia do Sul e em 2003, houve superávit da balança comercial brasileira.

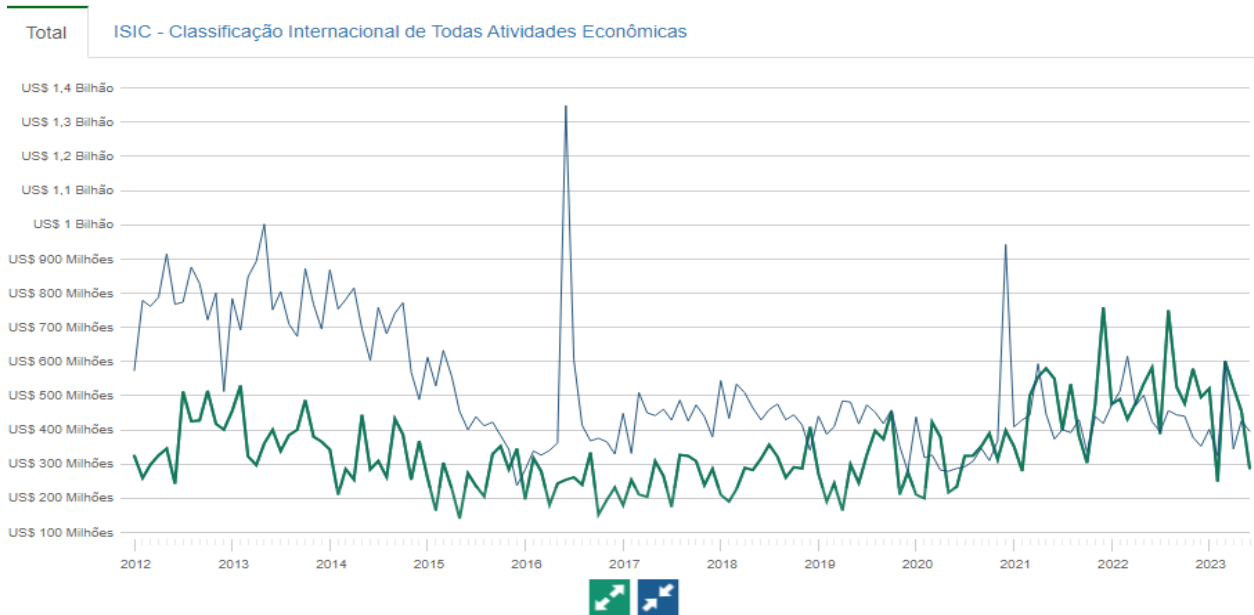
Considerando que Brasil e Coreia do Sul se complementam comercialmente, enquanto o Brasil é agroexportador e exportador de matéria-prima, a Coreia exporta equipamentos eletrônicos como computadores, televisores, frigoríficos e telefones celulares, representando cerca de 74% do total das importações brasileiras ao país asiático. Além desses produtos, o Brasil importa ainda plásticos e suas obras, instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia e filamentos sintéticos e artificiais

Em 2005, o Brasil importou cerca de US\$ 2.326.778.317 e o crescimento das importações cresceu até 2009, quando essas importações caíram. No ano seguinte, esses números voltaram a subir, mas passaram a cair novamente a partir de 2012. Em 2012, a balança comercial Brasil-Coreia do Sul de importações foi de US\$ 9.098.526.199, baixando para US\$ 5.420.621.830 em 2015. Dentre os fatores que contribuíram para essa queda de importações brasileiras de produtos coreanos, destacam-se: a redução generalizada das importações brasileiras no período, diante do desaquecimento da economia brasileira, além da perda de dinamismo das exportações coreanas em comparação aos anos anteriores.

Entre janeiro e dezembro do ano de 2016, as importações brasileiras alcançaram o valor de US\$ 137,552 bilhões. A Coreia do Sul ocupou o 5º lugar em origem das importações brasileiras (US\$ 4,4 bilhões), ficando atrás dos Estados Unidos (US\$ 17,7 bilhões), China (US\$ 17,5 bilhões), Alemanha (US\$ 8,0 bilhões) e Argentina (US\$ 6,6 bilhões) (ADVFN, 2016).

A informação supracitada corrobora com a figura abaixo, o qual aponta que o pico de produtos coreanos importados pelo Brasil, foi em junho de 2016 com US\$ 1,35 bilhão.

Figura 6 - Série histórica referente à importações e exportações entre Brasil e Coreia do Sul.



Fonte: COMEX STAT, 2022. (Linha azul refere-se à importação Coreia - Brasil, enquanto a linha verde representa a exportação Brasil – Coreia).

Destarte, ainda de acordo com o gráfico acima, há um pico de importações em dezembro de 2020, com cerca de US\$ 942 milhões em produtos coreanos importados para o Brasil, caracterizando o ano de forma negativa, uma vez que o Brasil comprou mais do que vendeu.

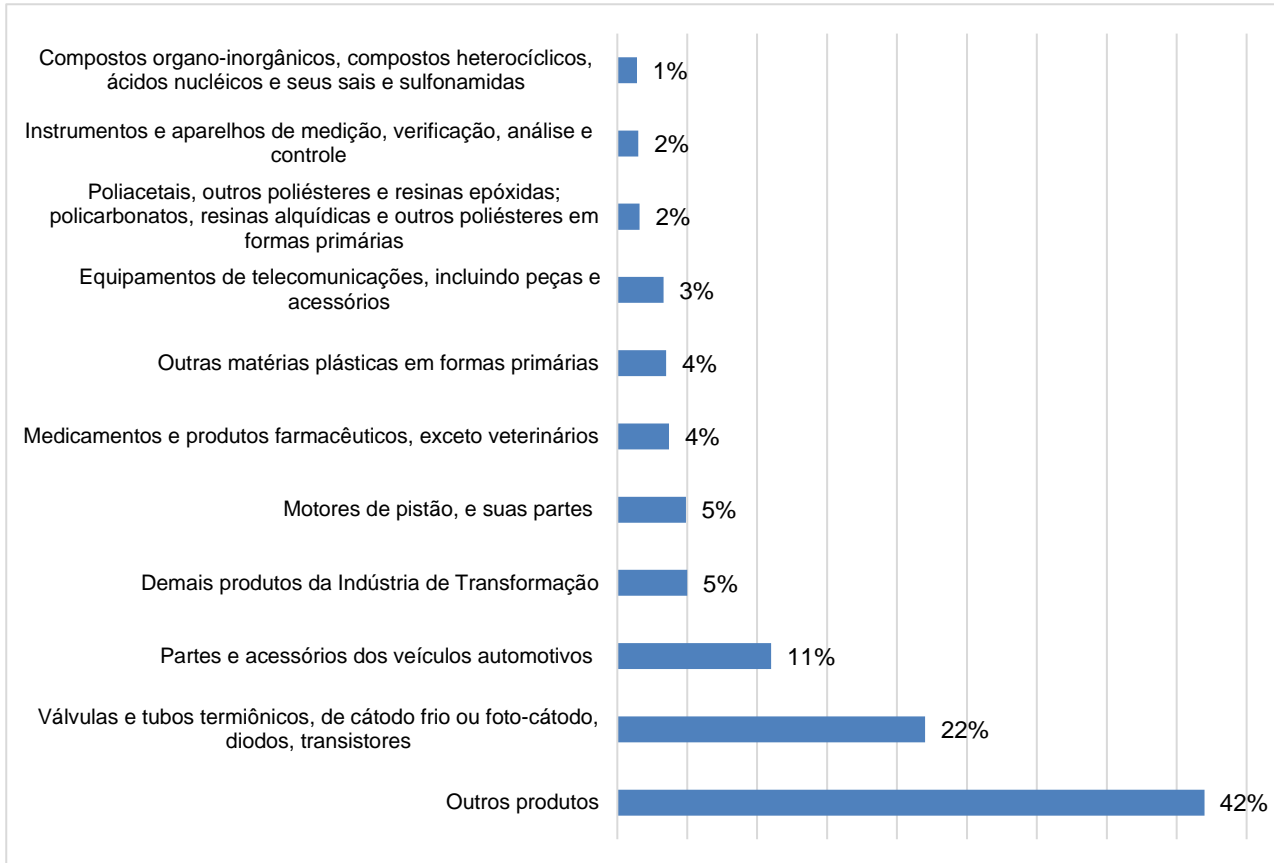
Em 2022, o Brasil importou cerca de US\$ 5,5 bilhões em produtos sul-coreanos, com destaque para os seguintes produtos, de acordo com a Comex Stat (2023):

1. Válvulas e tubos termiônicos, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (25% das importações).
2. Partes e acessórios dos veículos automotivos (9,9%).
3. Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (4,9%).
4. Demais produtos da Indústria de Transformação (4,9%).
5. Motores de pistão, e suas partes (4,3%).
6. Outras matérias plásticas em formas primárias (2,8%).
7. Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (2,7%).
8. Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (1,6%).
9. Poliacetais, outros poliésteres e resinas epóxicas; policarbonatos, resinas alquídicas e outros poliésteres em formas primárias (1,4%).
10. Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais e sulfonamidas (1,4%).

Entre janeiro a junho de 2023, o Brasil importou aproximadamente US\$ 2,5

bilhões, US\$ 1 bilhão a menos do que o quantitativo de produtos exportados para o país asiático no mesmo período (US\$ 2,6 bilhões em exportação) (Figura 7).

Figura 7 - Visão geral dos produtos importados por Brasil de origem sul-coreana entre janeiro a junho de 2023.



Fonte: COMEX STAT, 2022.

Com base na figura acima, tem-se destaque ainda, comparado com o ano anterior, o setor de válvulas e tubos termiônicas, o qual representa 22% do fluxo de importação e o setor de partes e acessórios de veículos automotivos, que representa 11% das importações feitas pelo Brasil. No entanto, é perceptível o aumento da importação dos demais produtos-Indústria de Transformação, que terminou 2022 em 4º lugar e já ocupa o 3º lugar no primeiro semestre de 2023.

Além disso, há uma significativa queda na importação de medicamentos e produtos farmacêuticos, setor este que ocupou o 3º lugar no ranking de importação do ano de 2022 e passou a ocupar o 6º lugar no primeiro semestre de 2023. Certamente, o aumento do quantitativo de importações desses produtos nos anos anteriores, foi impulsionado pela pandemia. Após o fim da emergência de saúde pública, é compreensível que a importação de tais insumos seja reduzida.

3.3 ACORDO MERCOSUL-COREIA DO SUL

De acordo com Granato (2015), o Mercosul é um tratado criado para eliminar barreiras tarifárias entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A livre circulação de serviços, bens e fatores de produção é possível graças a este acordo de liberdade comercial. Sendo assim, a negociação de acordos comerciais -desde uma perspectiva liberal- é um fator importante para a integração da economia brasileira ao comércio internacional, uma vez que além de aumentar a competição no mercado interno, esses acordos permitem aos agentes da produção nacional o acesso a insumos e tecnologias avançadas oriundas de outros países. Vale ressaltar que na perspectiva desenvolvimentista são avaliados criticamente os efeitos positivos e negativos que a predominância de um padrão exportador pode gerar na economia dos países. Desta forma, apresentamos as diferentes perspectivas interpretativas que examinaram o acordo e procuramos expor criticamente, seguindo nossa base teórica, os setores beneficiados e prejudicados, bem como seu resultado quanto ao desenvolvimento e à dependência da economia brasileira.

Segundo Freitas e Freitas-Júnior (2021), a Coreia do Sul tem como estratégia comercial a negociação de um "mega" acordo de livre comércio destinado à integração econômica regional e a busca de novos acordos de livre comércio com promissoras economias emergentes. A negociação entre o Mercosul e a Coreia do Sul iniciou-se em Seul, na Coreia do Sul, em 25 de maio de 2018, e sete rodadas de negociações foram realizadas até o momento. A sétima rodada de negociações do Acordo Mercosul-Coreia foi realizada de entre agosto a setembro de 2021. Tais negociações envolvem compromissos de redução tarifária, maior integração entre os países por meio da redução de barreiras não tarifárias e compromissos regulatórios comerciais em investimentos, serviços, compras governamentais e propriedade intelectual.

Os resultados da conclusão para o Brasil mostram um impacto positivo em todas as variáveis macroeconômicas avaliadas em decorrência dos acordos comerciais do Mercosul e da Coreia do Sul, com exceção dos preços ao consumidor, que devem sofrer negativamente. O acordo trará forte crescimento no comércio bilateral, embora as taxas de crescimento das exportações coreanas para o Brasil serão muito superiores à taxa de crescimento das vendas brasileiras (FREITAS; FREITAS-JÚNIOR, 2021).

Para Ribeiro (2021), um dos principais objetivos do Ministério da Economia é ampliar a posição do Brasil no comércio internacional para aumentar a competitividade e a produtividade da economia e garantir a sustentabilidade do crescimento econômico. Para

alcançar tal objetivo, o Ministério da Economia segue uma estratégia baseada em três pilares: modernização da estrutura tarifária do Mercosul, redução das barreiras não tarifárias ao comércio internacional e ampliação da rede nacional de acordos de livre comércio, que são implementados e cumpridos simultaneamente.

No sentido de ampliar a rede de acordos comerciais nacionais, Ribeiro (2021) salienta que se tem como objetivo promover a abertura de mercados externos para os produtos brasileiros de exportação, de forma que as entidades produtoras nacionais tenham mais oportunidades de obtenção de insumos, novas tecnologias e processos produtivos mais modernos e competitivos, e consumidores brasileiros com maior acesso a produtos mais baratos, diversificados e de melhor qualidade. Uma maior abertura da economia brasileira ao comércio internacional também promoverá maior competição no mercado interno, reduzindo custos e estimulando a inovação, a produtividade e a competitividade.

Seguindo a abordagem desenvolvimentista, Tratados de Livre Comércio beneficiam, muitas vezes, economias mais fortes em detrimento das mais fracas. Países em desenvolvimento podem enfrentar desafios significativos ao participar de tratados de livre comércio, especialmente se não tiverem uma base econômica sólida ou se suas indústrias forem menos competitivas. Isso ocorre porque, de acordo com Araújo (2020), o acesso irrestrito aos mercados pode resultar em uma inundação de produtos mais baratos, prejudicando as indústrias locais e afetando negativamente o emprego e o desenvolvimento industrial.

Além disso, os acordos de livre comércio podem ser desequilibrados em termos de poder de barganha entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. As nações mais industrializadas muitas vezes impõem regras que favorecem seus interesses, o que pode limitar as opções de políticas econômicas dos países em desenvolvimento.

Em 2021, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) vinculada ao Ministério da Economia, publicou um estudo sobre o impacto do acordo supracitado, mostrando impacto positivo em todas as variáveis macroeconômicas. O efeito cumulativo levará a sinais positivos para o PIB, investimento, importações e exportações até 2040. Simulações também podem determinar o impacto setorial do acordo. A produção total, as exportações e os níveis de importação tenderão a aumentar na maioria das indústrias.

As exportações totais do Brasil devem crescer 2,05% com a redução das barreiras tarifárias entre a Coreia do Sul e os membros do Mercosul. A previsão é de crescimento em setores selecionados como oleaginosas, cereais, couros, calçados,

confeções e produtos têxteis, que beneficiarão especialmente o setor agrícola brasileiro. No entanto, os dados da pesquisa destacaram que a indústria brasileira pode enfrentar perdas de mercado devido à potencial redução de barreiras tarifárias e políticas protecionistas na Coreia do Sul. As perdas serão concentradas em três setores específicos: equipamentos eletrônicos, automóveis e produtos têxteis, que estão na pauta do comércio exterior e impulsionam a atividade econômica do país.

Desse modo, deve-se ter em mente que a abertura comercial com a Coreia do Sul favorece apenas a exportação de produtos e não o desenvolvimento, por exemplo, de tecnologias. Trata-se, portanto, de uma relação comercial que além de contribuir com o fluxo de oferta e demanda entre países parceiros, corrobora também para uma relação de interdependência.

Rocha e Daniele (2022) argumentam que a liderança e protagonismo da Coreia do Sul em áreas como a economia digital oferece oportunidades promissoras para fortalecer a economia brasileira. A Coreia do Sul é uma grande influência no cenário global, especialmente nas áreas de inovação e tecnologia. A integração econômica fortalecerá assim, segundo a perspectiva de esses autores, os dois lados à medida que novas cadeias produtivas se desenvolvam. As negociações com a Coreia do Sul compõem a estratégia de integração internacional da economia brasileira.

Essa integração, contudo, não é muito clara. É óbvio que, do ponto de vista do desenvolvimento, receber tecnologia com propósito de desenvolver a própria tecnologia e integrar-se no mercado é algo sobremodo bom. Mas, como isso pode ocorrer numa relação comercial que se limita a de aquisição de bens tecnológicos e não da tecnologia em si? É precisamente este aspecto que não é claro, conquanto a aquisição e o negócio com as empresas estrangeiras sejam um dado essencial para o desenvolvimento mercadológico brasileiro.

Dessa forma, Ribeiro e Pourchet (2000) argumentam que a participação de empresas estrangeiras na indústria brasileira está aumentando, acelerando fusões e aquisições e buscando colaborações com empresas estrangeiras similares como forma de garantia. Como as empresas nacionais não possuem tecnologia de alto nível, a aquisição desses bens é muito importante para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. Ademais, destacam ainda que esse processo vai além disso, sendo comum que empresas nacionais se transformem em representantes comerciais de multinacionais estrangeiras porque possuem conhecimento de mercado e estruturas de assistência técnica.

Porém, Vermulm (1993) ressalta que a abertura empresarial parece ser

prejudicial para os setores que produzem bens de capital, ao mesmo tempo que é produtiva para os usuários desses bens porque com a entrada de concorrentes, eles se tornam produtores de bens de capital. Forçados a reduzir as margens de lucro, resultando em preços mais baixos. Por outro lado, a liberalização comercial e a contração dos mercados internos limitam os esforços de desenvolvimento tecnológico, reduzem os investimentos na modernização dos processos produtivos e atrasam o lançamento de novos produtos.

4 INVESTIMENTOS

De acordo com a classificação proposta originalmente por Dunning (2015), os principais fatores que determinam as empresas a investir em novas fábricas no exterior podem ser resumidos como: i) encontrar novos mercados para os produtos finais (estratégia de busca de mercado); ii) encontrar insumos mais baratos que os mercado de origem (recursos naturais e humanos) (estratégia de busca de recursos); iii) integração horizontal e vertical para reduzir custos e consolidar sua participação nos mercados internacionais (estratégia de busca de eficiência); iv) criar e adquirir ativos estratégicos através da cadeia de valor, permitindo à empresa manter e melhorar a sua competitividade à escala global (busca estratégica de ativos).

Inicialmente, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) nas economias em desenvolvimento concentrou-se em indústrias com utilização intensiva de recursos naturais ou em indústrias de mão-de-obra pouco qualificadas para fins de exportação. Esta estratégia de investimento baseada no controle e utilização de fatores de produção produtivos básicos (busca de recursos) ainda permeia uma grande parte dos fluxos globais de IED, especialmente para países com recursos primários abundantes ou centros com grandes excedentes de trabalhadores com baixos salários em áreas urbanas (DUNNING, 2015).

Segundo Costa (2010), a Coreia do Sul continua a ser um parceiro relativamente pouco importante para o Brasil em termos de investimento. Essa constatação pode ser atribuída a uma série de fatores, como a distância geográfica, diferenças estruturais nas bases econômicas de ambos os países e a predominância de outras nações nas relações comerciais brasileiras. Embora a Coreia do Sul seja reconhecida internacionalmente por seu notável desenvolvimento econômico e tecnológico, as sinergias comerciais e de investimento entre ela e o Brasil ainda não atingiram seu pleno potencial.

Por outro lado, Ruppert e Bertella (2018) apontam que, excluindo os investimentos em paraísos fiscais, que representam mais da metade do total investido na América Latina, Peru, Brasil e México são os países que recebem os maiores volumes de capital sul-coreano na região. O Brasil, em particular, tem atraído investimentos produtivos da Coreia devido ao acordo de integração regional (Mercosul), ao seu amplo e em constante crescimento mercado interno, aos seus vastos recursos naturais e à sua maior abertura e facilidade para o capital internacional. Em 2010, o país chegou a atrair 4,3% do IDE coreano, mas essa proporção diminuiu nos anos seguintes.

No que diz respeito ao investimento brasileiro no exterior, a participação da Coreia do Sul como país de destino é muito baixa. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o estoque de investimento direto do Brasil na China foi de apenas US\$ 120 milhões em 2015, menos de 0,05% do estoque de investimento global do Brasil. Entretanto, os fluxos anuais de investimento do Brasil na Coreia do Sul foram de 43 milhões de dólares em 2009/2010, mas diminuíram significativamente nos últimos anos, atingindo não mais de 4,5 milhões de dólares em 2014/2015 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Uma análise geral do perfil de investimento coreano no Brasil de fevereiro de 2003 a junho de 2014 usando o banco de dados FDI Markets encontrou 51 projetos com um investimento total de quase US\$10 bilhões e a criação de aproximadamente 31.500 empregos diretos.

Entre 2003 e junho de 2014, o investimento na produção industrial representou quase 85% do total de recursos de investimento da Coreia do Sul no Brasil. Este setor também gerou mais de 96% dos empregos criados pelas empresas coreanas no Brasil, conforme a Tabela 1. Outro subsetor que contribuiu significativamente para o investimento foi o comércio, com os recursos de investimento representando aproximadamente 11% do investimento total da Coreia do Sul no Brasil durante este período.

Tabela 1 – Distribuição dos investimentos diretos da Coreia do Sul no Brasil por atividade industrial entre 2003 a 2014.

| Tipo | Número de projetos | Capital investido (US\$ milhões) | Empregos gerados |
|--|--------------------|----------------------------------|------------------|
| Produção industrial | 37 | 8.476,6 | 30.355 |
| Comércio | 4 | 1.087,4 | 203 |
| Extração | 1 | 316,0 | 214 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 2 | 81,0 | 620 |
| Vendas, marketing e suporte ao produto | 4 | 12,5 | 73 |
| Formação e capacitação | 1 | 12,1 | 61 |
| Design e desenvolvimento | 1 | 9,3 | 57 |
| Suporte técnico | 1 | 0,7 | 14 |
| Total | 51 | 9.995,6 | 31.597 |

Fonte: Adaptado de FDI Markets (s.d).

Do ponto de vista da classificação de clusters, entre os 51 projetos de investimento coreanos no Brasil listados no FDI Market, o maior portfólio de investimentos é de produtos eletrônicos e de TI - com 15 projetos; seguido pelo grupo de equipamentos de transporte - com 11 projetos; e bens de consumo —oito itens. Em seguida estão os subgrupos de serviços financeiros e alimentação e tabaco, com quatro projetos cada; e indústria - três. Este último é o subsetor com maior contribuição de recursos, sendo o investimento responsável por aproximadamente 40,37% de todos os recursos. Em termos de empregos criados, a categoria de bens de consumo é a que mais se destaca, respondendo por cerca de 27,43% do total de empregos criados pelos investimentos coreanos no Brasil no mesmo período.

Em termos de investimento total, o subsetor com maiores despesas é a siderurgia metalúrgica, representando aproximadamente 40% do investimento total, seguido pelos automóveis (OEM), representando aproximadamente 17,42% do investimento sul-coreano de 2003 a meados de 2014.

Por subsetores, os maiores subgrupos são equipamentos elétricos e componentes (outros) - com seis itens; equipamentos automotivos e de comunicação - com cinco itens cada; equipamentos de áudio e vídeo, eletrodomésticos e máquinas para agricultura, construção civil e mineração - três projetos cada; e outros eletrônicos de consumo, banco de varejo, banco corporativo e de Investimento e Marinha - dois projetos cada. Apenas um projeto é o maior responsável pelo destaque do subgrupo ferro, aço e ferroligas. Este único projeto contribuiu com a maior quantidade de recursos, equivalente a cerca de 40% do investimento total das empresas coreanas no Brasil durante o mesmo período. Como mesmo projeto já havia se destacado pelos mesmos motivos, um exame detalhado do projeto revelou que o investidor era a empresa View All Product | Dongkuk Steel, que estabeleceu uma siderúrgica no estado do Ceará em conjunto empreendimento com a Vale do Rio Doce, denominada Companhia Siderúrgica do Pecém, localizada no município de São Gonçalo do Amarante. Esta informação foi registrada na base de dados do mercado de FDI Markets em 2005.

Em termos de valor de investimento, a segunda subcategoria mais importante é a de automóveis, com um valor de investimento de US\$1,7242 bilhão, representando aproximadamente 17,25% do valor de investimento das empresas coreanas no Brasil.

Do ponto de vista da geração de empregos, os mais proeminentes são os eletrodomésticos, que respondem por aproximadamente 20,74% dos empregos criados

pelos investimentos das empresas coreanas no Brasil (FDI Markets, [n.d.]). Do ponto de vista da criação de emprego, o segundo subgrupo proeminente é o de outros equipamentos e componentes elétricos, representando aproximadamente 17,76% de toda a criação de emprego. Por sua vez, o subgrupo Ferro, Aço e Ferroligas, apesar de representar o maior aporte de capital entre os subgrupos no período, ocupou apenas a terceira posição na perspectiva de geração de empregos, equivalente a aproximadamente 12, respondendo por todos os empregos, isto é, 66% das oportunidades são gerados pelo IDE coreano no Brasil.

O estoque de IED da Coreia do Sul no Brasil em 2016 foi de US\$4,55 bilhões de acordo com o conceito de investidor direto e de US\$5,16 de acordo com o conceito de investidor final, ambos representando cerca de 1% do estoque total de IED do Brasil. A Coreia do Sul é um investidor estrangeiro relativamente novo no Brasil.

Em 2016, a indústria representou 89% do investimento direto coreano no Brasil. Trata-se de uma forte especialização setorial, em nítido contraste com o que se observa na grande maioria dos países com IDE no Brasil - a presença de IDE nos serviços brasileiros é muito superior ao observado no caso sul-coreano, e a participação da indústria de transformação não é muito alta.

Em 2023, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) divulgou um estudo abrangente sobre a Coreia do Sul, apresentando informações e dados qualificados para possibilitar às empresas brasileiras a ampliação de suas oportunidades de negócios. No âmbito dos investimentos, observou-se um expressivo crescimento de 306% no estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) provenientes da Coreia do Sul no Brasil, no período compreendido entre 2012 e 2021, alcançando a marca de US\$ 9,7 bilhões em 2021. Com esse desempenho, a Coreia do Sul ascendeu à posição de 21º país no ranking de IED no Brasil, destacando-se como um importante ator nesse cenário econômico bilateral.

O estudo observa ainda que a Coreia do Sul ocupa a 21ª posição no ranking de estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Brasil. A presença sul-coreana é notável, com participação em 110 empresas que operam no país, destacando-se principalmente no setor de indústria de transformação. Além disso, o Perfil Coreia do Sul apresenta informações relevantes sobre investimentos *greenfield*, caracterizados por projetos estabelecidos "do zero", como a criação de novas fábricas no território brasileiro. Esses dados indicam o envolvimento ativo da Coreia do Sul no cenário de investimentos no Brasil, com uma presença significativa em diversas áreas, evidenciando seu papel no

fortalecimento das relações econômicas bilaterais.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2023), no momento, a Coreia tem aproximadamente 120 empresas operando no Brasil, com investimentos totalizando cerca de USD 10 bilhões, principalmente em setores tecnologicamente avançados. O Brasil é o principal destino dos investimentos provenientes da Coreia na América Latina, e empresas de renome como Samsung, LG e Hyundai têm fábricas estabelecidas no país.

Durante o ano de 2021, as companhias sul-coreanas KSB e EnspireGroup revelaram planos para investir US\$ 2 bilhões (aproximadamente R\$ 8 bilhões) na construção de uma usina fotovoltaica localizada em São João d'Aliança, no Nordeste de Goiás. Esta usina está projetada para gerar 600 MW de energia, tornando-se assim a maior do seu tipo em todo o mundo, conforme descrito por Rodrigues (2021).

Em 2022, a Samsung anunciou o investimento 450 trilhões de won (equivalente a US\$ 356 bilhões) nos cinco anos seguintes para impulsionar o crescimento em áreas como semicondutores, biofarmacêuticos e outras tecnologias de próxima geração. A Samsung Electronics, líder global na fabricação de chips de memória, não divulgou detalhes específicos sobre esses investimentos, mas afirmou que 80% deles serão direcionados para a Coreia do Sul. Este anúncio também abrange uma promessa de investimento de 240 trilhões de won feita em agosto de 2021 (REUTERS, 2022).

Cabe destacar, segundo Telles (2017), que a Samsung, um dos maiores conglomerados globais, possui uma história que remonta a mais de 80 anos na Coreia do Sul, e mais de três décadas de presença no Brasil. Fundada em 1938 por Lee Byung-Chul como uma pequena loja chamada 'Samsung Sanghoe', inicialmente focada na venda de peixes desidratados, vegetais e frutas, a empresa expandiu rapidamente seus negócios. Em menos de uma década, já possuía moinhos de farinha próprios e se aventurava na indústria têxtil. Com o crescimento dos negócios, Byung-Chul mudou-se para Seul em 1947 e começou a diversificar ainda mais as atividades da empresa.

No ano de 2023, uma delegação do Paraná liderada visitou a sede da Kotra, a agência de comércio internacional e investimentos da Coreia do Sul, ligada ao Ministério do Comércio, Indústria e Energia desse país asiático, em Seul. Durante a visita, representantes do governo estadual, em especial o governador Ratinho Júnior (PSD) e empresários participaram de uma série de reuniões para discutir possíveis acordos de exportação e potenciais investimentos de empresas e *startups* no Paraná (PARANÁ, 2023).

A Kotra foi estabelecida para facilitar investimentos entre empresas

nacionais e estrangeiras, além de promover cooperação em tecnologia industrial. Ela é encarregada de impulsionar as exportações da Coreia e apoiar investimentos estrangeiros no país. Presente em 85 países, a Kotra mantém um escritório no Brasil para auxiliar empresas sul-coreanas interessadas em investir no mercado brasileiro e orientar empresas brasileiras em busca de fornecedores. No início da reunião, os representantes brasileiros apresentaram o potencial econômico do Paraná, destacando principalmente os investimentos nos setores alimentício e industrial. Também foram exploradas possíveis parcerias com a Kotra para estabelecer novos acordos comerciais (PARANÁ, 2023).

Ainda em 2023, a *Phycoil Biotechnology International* assinou um Memorando de Entendimento para estabelecer uma planta da empresa na cidade de Ivaiporã, no Paraná. De acordo com informações da comitiva do governo paranaense na Coreia do Sul, a empresa planeja investir US\$ 60 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 315 milhões, na construção da unidade. Prevê-se a criação de aproximadamente 200 empregos diretos e indiretos com essa nova instalação, conforme anunciado pela prefeitura do município, que já estava em negociação com a empresa desde o ano de 2022 (CIMM, 2023).

Também 2023, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), apresentou ao embaixador da Coreia do Sul as oportunidades de investimento no estado na área de semicondutores. O referido estado brasileiro possui uma estratégia bem definida e um plano de ação para atrair empresas desse setor, que inclui iniciativas como o aprimoramento e incentivo à educação técnica especializada, além de benefícios fiscais. Enquanto isso, a Coreia do Sul é reconhecida globalmente como um dos principais produtores e exportadores de chips de computador, memórias e outros componentes eletrônicos, conforme mencionado por Rodrigues (2023).

Nascimento (2023) relata que o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), firmou, em 2023, um Termo de Cooperação Financeira com a Embaixada da Coreia do Sul para colaborar em ações de prevenção e monitoramento ambiental. Esse acordo, intermediado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), conta com o suporte de ferramentas tecnológicas e um investimento total de R\$ 1,3 milhão e inclui a disponibilização de 100 sensores para monitorar a qualidade do ar e as emissões atmosféricas, um conjunto de monitores para o Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (Cimam), além de 80 notebooks e 100 smartphones para auxiliar nas operações. Diante dos exemplos mencionados acima, observa-se que cada vez mais empresas sul-coreanas estão buscando oportunidades de investimento em várias regiões do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, pode-se afirmar que o objetivo proposto para este estudo, foi alcançado de forma satisfatória, uma vez que possibilitou identificar que as relações Brasil-Coreia do Sul baseiam-se no grande dinamismo e no interesse comum em aprimorar a cooperação em diversos setores. A Coreia do Sul continua a ser um importante parceiro comercial do Brasil na Ásia, com trocas comerciais totalizando 6,1 mil milhões de dólares entre janeiro e setembro de 2023. O estoque de investimentos da Coreia do Sul no Brasil é estimado em US\$ 6 bilhões, com destaque para as indústrias eletrônica, automotiva e de semicondutores.

Esses números refletem, em termos de desenvolvimento, uma crescente preocupação e foco nos âmbitos tecnológicos e eletrônicos, que, indispensáveis para o mundo moderno, abrem portas para a indústria nacional que, por si só não possuidora de tecnologia de ponta, pode obtê-la, no entanto, através de comércio bilateral e investimentos, expandindo, pois, os negócios brasileiros, ainda que tornem certos setores dependentes de investimento e tecnologia estrangeiras.

Além disso, a inovação é um dos principais impulsionadores da competitividade internacional. Países que investem em pesquisa e desenvolvimento, tecnologia e criatividade estão melhor posicionados para produzir bens e serviços de alta qualidade e alto valor agregado, o que os torna mais competitivos no cenário global.

Destarte, o Brasil abriga a maior comunidade sul-coreana da América Latina, estimada em 50 mil pessoas. Esta comunidade está estabelecida principalmente na cidade de São Paulo e desempenha um papel decisivo no fortalecimento dos laços entre os dois povos.

No entanto, embora haja uma vasta quantidade de pesquisa acadêmica acerca da relação econômica entre os dois países, ainda existem lacunas significativas na literatura que justificam estudos contínuos e aprofundados. Por isso, estudar a relação econômica entre Brasil e Coreia do Sul é fundamental para compreender a economia global e suas implicações políticas e sociais. As lacunas aqui encontradas, tais como a ausência de dados voltados aos financiamentos e empréstimos estabelecidos entre ambos os países, representam oportunidades para pesquisas futuras que podem fornecer *insights* valiosos para acadêmicos, formuladores de políticas e tomadores de decisão.

REFERÊNCIAS

ADVFN. **Balança comercial de 2016**. Disponível em: <http://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil/2016/09/importacao>. Acesso em: 20 jul. 2023.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. **Coreia do Sul**: Perfil e oportunidades comerciais. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/6684b748-4d74-465e-aa70-e80cbca4f9c9.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ARAÚJO, Anna. **Oportunidades e Desafios do Acordo Inter-Regional de Livre-Comércio MERCOSUL–União Europeia: uma análise do processo negociador em tempos de reconfiguração de poder**. Editora Dialética, 2020.

ARAÚJO, Julia Nardi; ABBADE, Katherine Macarroni. A Efetividade do Acordo de Paris Frente ao Acordo de Livre-Comércio do Mercosul e União Europeia. **Revista do Programa de Direito da União Europeia**, v. 1, p. 25-38, 2021.

BANK OF KOREA. **Financial Cooperation with International Financial Institutions**. 2023. Disponível em: <https://www.bok.or.kr/eng/main/contents.do?menuNo=400198>. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Empresas e Negócios. **Definição de Importação**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/importar/entenda-o-processo-de-importacao/definicao-de-importacao-1>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **60 ANOS DA IMIGRAÇÃO COREANA PARA O BRASIL**. Portal Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-seul/noticias/60-anos-da-imigracao-coreana-para-o-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; JABBOUR, Elias; DE PAULA, Luiz Fernando. Coreia do Sul, China e o processo de catching-up: uma análise novo-desenvolvimentista. **Princípios**, v. 39, n. 159, p. 206-235, 2020.

BUITONI, Marísia Margarida Santiago; MANDELBAUM, Henoch Gabriel. Os imigrantes coreanos na remodelação do bairro do Bom Retiro, na cidade de São Paulo-SP: transformações, vida comunitária e territorializações. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 648-658, 2019.

CAMPOS, Fábio Antonio de. Internacionalização brasileira e Instrução 113 da Sumoc. **América Latina en la historia económica**, v. 24, n. 2, p. 93-124, 2017.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. **Econômica**, v. 2, n. 4, p. 25-60, 2000.

CANUTO, Otaviano. O padrão de financiamento na industrialização coreana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 14, p. 339-353, 2023.

CASTRO, Lavínia Barros de. Financiamento do desenvolvimento: experiência comparada Brasil-Coreia (1950-1980), 2009.

CHANG, Ha-Joon **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. - São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CIMM. Agência Estadual de Notícias do PR. Sul-coreana de biotecnologia pretende investir mais de R\$ 300 milhões em nova fábrica no Brasil. Paraná, 2023. Disponível em: https://www.cimm.com.br/portal/noticia/exibir_noticia/23652-sul-coreana-de-biotecnologia-pretende-investir-mais-de-r-300-milhoes-em-nova-fabrica-no-brasil#. Acesso em: 16 mar. 2024.

COMEX STAT. **Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Coreia do Sul**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Brasil e Coreia do Sul**: complementariedade que merece um acordo amplo. 2021. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/estudo_coreia_do_sul_abr21_210511_201025.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Brasil e Coreia do Sul**: duas histórias sobre produtividade. Informativo CNI Ano 5, Número 12, outubro 2019. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/ca/69/ca69f5e7-14ea-45e7-bbe8-adb37bc0c5b3/nota_economica_12_outubro_2019.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTA, Juliana. Brasil e Coréia: uma relação em construção. **Revista Linceu On-Line**, v. 1, n. 1, 2010.

COUTINHO, Eduardo Senra et al. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **REGE Revista de Gestão**, v. 12, n. 4, p. 101-113, 2005.

DUARTE, Vilmar Nogueira. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 17, n. 31, 2015.

DUNNING, John. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. In: **International business strategy**. Routledge, 2015. p. 60-84.

FLORES, Eduardo et al. La hipótesis de Linder y las importaciones manufactureras de México. **Comercio Exterior**, v. 63, n. 4, p. 27-33, 2013.

FREITAS, Jardenson Ferreira; FREITAS JÚNIOR, João Galdino. Direito internacional público e acordos de livre comércio: Mercosul e a Coreia do Sul. **Scientiam Juris**, v. 9, n. 1, p. 11-18, 2021.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. **Ásia**: novas fronteiras do comércio exterior do Brasil. 2020. Disponível em: <https://funcex.org.br/info/asia-novas-fronteiras-do-comercio-exterior-do-brasil>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora, 1979.

GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. **Brasil, uma economia que não aprende**. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

GERSCHENKRON, Alexander. El atraso económico en la perspectiva histórica. **Investigación Económica**, v. 28, n. 111/112, p. 141-165, 1968.

GRANATO, Leonardo. **Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2015.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Estado e economia na Coreia do Sul-do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, p. 45-62, 2010.

HIDALGO, Álvaro Barrantes; FEISTEL, Paulo Ricardo. Mudanças na estrutura do comércio exterior brasileiro: uma análise sob a ótica da teoria de Heckscher-Ohlin. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 43, p. 79-108, 2013.

HIRSCHMAN, Albert Olist. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Fundo de Cultura, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama da população brasileira 2021**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

KEYNES, John Maynard. The general theory of employment. **The quarterly journal of economics**, v. 51, n. 2, p. 209-223, 1937.

KIM, Linsu. Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia. **Revista de economia política**, v. 26, n. 4, 2005.

KIM, Younjung. **Relações Coreia do Sul–Brasil**: identificação das dificuldades no comércio. Instituto de Relações Internacionais - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2015.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc. **Economía internacional**. Madrid: Pearson education, 2001.

LIMA, Uallace Moreira. O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação. **Economia e Sociedade**, v. 26, p. 585-631, 2017.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais**. Saraiva Educação SA, 2017.

MASIERO, Gilmar; LEE, Priscila Helena. Cincuenta años de relaciones de Brasil y Corea del Sur: evolución político-diplomática y de comercio e inversiones⁴⁵. **Corea**, p. 59, 2012.

MINTZBERG, Henry. Safári de estratégia. **Um roteiro pela selva do planejamento estratégico**, v. 2, 2000.

MOREIRA, Sandrina Berthault; CRESPO, Nuno. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de economia**, v. 38, n. 2, 2012.

MOREIRA, Uallace; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Organização industrial, estrutura de propriedade do capital e política econômica na Coreia do Sul: da industrialização ao neoliberalismo. **Geosul**, v. 38, n. 85, p. 38-66, 2023.

NAKAMURA, João. **Brasil pode se tornar a 8ª maior economia do mundo em 2023, avalia economista da Austin Rating**. CNN, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-pode-se-tornar-a-8a-maior-economia-do-mundo-em-2023-avalia-economista-da-austin-rating/#:~:text=De%20acordo%20com%20um%20ranking,subir%20para%20a%208%C2%AA%20posi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 12 set. 2023.

NASCIMENTO, Igor. **Pará e Coreia do Sul celebram acordo para investimentos na área ambiental**. Agência Pará, 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/46810/para-e-coreia-do-sul-celebram-acordo-para-investimentos-na-area-ambiental>. Acesso em: 16 mar. 2024.

NERY, Tiago. As diferentes trajetórias percorridas por dois países periféricos de industrialização tardia: Brasil e Coreia. **Instituto Legislativo Brasileiro**, 2009.

OHLIN, Bertil Gotthard. Interregional and international trade. **(No Title)**, 1967.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Comitiva-paranaense-negocia-instalacao-de-empresas-sul-coreanas-no-Estado>. Acesso em: 16 mar. 2024.

PEREIRA, Adriano José; DATHEIN, Ricardo. Política industrial como instituição desenvolvimentista: Uma crítica ao "novo desenvolvimentismo" baseada nas experiências de Brasil e Coreia do Sul. **Revista de economia contemporânea**, v. 20, p. 28-57, 2016.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

REUTERS. **Samsung investirá US\$ 356 bilhões em setores de tecnologia estratégicos**. 2022. disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/05/samsung-investira-us356-bi-em-setores-de-tecnologia-estrategicos/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

RIBEIRO, Fernando José da Silva Paiva. **Avaliação preliminar dos impactos sobre a economia brasileira do acordo de livre comércio entre Mercosul e Coreia do Sul: avaliação com base em modelo de equilíbrio geral dinâmico utilizando o Gtap versão 10**. Brasília, 2021.

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação IN Os Economistas: Ricardo. **São Paulo: Abril**, 1996.

ROCHA, Gabriel; DANIELE, Vivian. Acordos plurilaterais e acordos de livrecomércio: encruzilhada ou caminho alternativo aos acordos multilaterais de comércio?. **Revista de Direito Internacional**, v. 19, n. 3, 2022.

RODRIGUES, João. Fundo Monetário Internacional. **Dicionário das crises e das alternativas**, p. 107, 2012.

RODRIGUES, Juliano. **Governador apresenta, ao embaixador da Coreia do Sul,**

potenciais do Estado para investimento em semicondutores. Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/governador-apresenta-ao-embaixador-da-coreia-do-sul-potenciais-do-estado-para-investimento-em-semicondutores>. Acesso em: 16 mar. 2024.

RODRIGUES, Roberta. **Empresas sul-coreanas vão investir US\$ 2 bilhões em Goiás.** 2021. Disponível em: <https://ksbsystem.com.br/2021/11/08/empresas-sul-coreanas-vaoinvestir-us-2-bilhoes-em-goias/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Notes on the theory of the 'big push'. In: **Economic Development for Latin America: proceedings of a conference held by the International Economic Association.** London: Palgrave Macmillan UK, 1961. p. 57-81.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico.** tradução), Zahar E ditores, Rio de Janeiro, 1964.

RUPPERT, Lídia; BERTELLA, Mario Augusto. A internacionalização das empresas sul-coreanas e o papel do estado. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, p. e182225, 2018.

SANTOS, Yara Cristina; ROCHA, Maria Alice Guarini. A Ascensão da cultura sul-coreana no Brasil e sua influência mundial. In: **Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre.** 2023.

SCHUMPETER, Joseph. The instability of capitalism. **The economic journal**, v. 38, n. 151, p. 361-386, 1994.

SECEX. Secretaria de Comércio Exterior. **Acordo de Livre Comércio: Mercosul - Coreia do Sul.** Brasília: ME, 2021.

SILVA, Ana Rachel Freitas da; VALKINIR, Paula Laurenne Jacobsen. O potencial das medidas de facilitação do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do MERCOSUL. **Revista de la Secretaria del Tribunal Permanente de Revisión**, v. 8, n. 15, p. 11-30, 2020.

SILVA, Mygre Lopes da et al. **O setor industrial brasileiro frente à integração econômica.** 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Exportação.** Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportarr/por-que-exportar-1#:~:text=Assim%2C%20as%20exporta%C3%A7%C3%B5es%2C%20de%20modo,industrial%20e%20do%20universo%20empresarial>. Acesso em: 20 jul. 2023.

TELLES, Fernando. **30 anos de Brasil:** conheça a história revolucionária da Samsung. Showmetech, 2017. Disponível em: <https://www.showmetech.com.br/30-anos-brasil-historia-samsung/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

URBANO, Krystal. Entre japonesidades e coreanidades pop: da Japão-Mania à Onda Coreana no Brasil. In: **40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-Anais do Intercom, Curitiba.** 2017.

VERONEZI, Gabriel Amaral. **O milagre Sul-coreano**: fatores internos e externos que contribuíram para o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul entre 1961-1979. Graduação em Relações Internacionais. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2023.

WALLICH, Henry. Algumas notas para uma teoria do desenvolvimento derivado. **A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense**, p. 197-211, 1969.

WALTENBERG, Fábio Domingues; MARTINS, Fernanda Scarparo. O papel da educação no desenvolvimento como liberdade: uma análise comparada de Finlândia e Coreia do Sul. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 56, 2020.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva; AGUIAR, Adriano Giacomet Higa. Relações Brasil-Coreia do Sul *In: Os desafios e oportunidades na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas* / Pedro Henrique Batista Barbosa (organizador). – Brasília : FUNAG, 2017.